



# Anais da Assembleia

Nº 103

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE SETEMBRO DE 1.979

ANO V

## 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 97ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 11 DE SETEMBRO DE 1.979

(TERÇA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Lineu Turra.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

### Indicação:

### INDICAÇÃO

Senhor Presidente.

Atendendo solicitação regimental desta Presidência, comunico a Vossa Excelência, que é a seguinte a representação da Bancada do MBD, para compor a Comissão para Emendas à Constituição:

#### Membros Titulares:

NELTON FRIEDRICH  
FIDELCINO TOLENTINO

#### Membros Suplentes:

DENI SCHWARTZ  
JOSÉ TAVARES

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI — Líder do MDB

### Requerimentos:

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a consignação em ata dos trabalhos da presente sessão, de um voto de profundo pesar pelo passamento do Dr. MIGUEL ZACARIAS, ocorrido em data de hoje, nesta Capital.

Requer, outrossim, após aprovação do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER seja consignado um voto de pesar pelo falecimento do Dr. MIGUEL ZACARIAS, ocorrido hoje, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa seja dado conhecimento à Associação dos Delegados de Polícia do Estado do Paraná e aos familiares do extinto.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) JOSÉ DOMINGOS

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOSÉ RAMOS DO AMARAL, ocorrido na cidade e comarca de Assis Chateaubriand.

O extinto foi um dos fundadores do pujante município, e toda sua existência foi marcada pelo amor à terra, à família e à comunidade.

Sua morte deixou um grande vazio no seio da sociedade chateaubriense.

Requer, outrossim, seja dado ciência deste aos familiares, nas pessoas do Dr. Luiz do Amaral e Manoel do Amaral, residentes na Av. Tupassi, s/n, em Assis Chateaubriand.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) EDILSON ALENCAR

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM à Mesa, após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos da sessão de hoje, de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido em data de hoje, do ex-Vereador e atual Presidente da Comissão de Ecologia e empresário, Sr. LINDOLFO DIETRICH, na cidade de Pato Branco.

Outrossim, requerem ainda, dê-se ciência da decisão da Casa à viúva, Dona Neusa e ao filho, Engenheiro Henrique Dietrich.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(aa) NILSO SGUAREZI e TÚLIO ZANCHET

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. ETORE ORO, pioneiro de Francisco Beltrão, ocorrido em 24 de agosto último.

Outrossim, requer que, do presente, dê-se ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) TÚLIO ZANCHET

Apoioamento: Egon Pudell

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 203/78, que tem por objetivo elevar para 21

(vinte e um) o número de Vereadores do Município de Cascavel.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvida a Casa, a retirada da Ordem do Dia, do Projeto de Lei n.º 38/78, por 10 (dez) sessões consecutivas.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) AUGUSTO CARNEIRO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O subscritor do presente, REQUER após ouvido o Plenário, o adiamento por 10 (dez) sessões, para discussão e votação do Projeto de Lei n.º 158/77, constante da Ordem do Dia marcada para a presente sessão.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER seja consignado um voto de regozijo a ser endereçado à Comissão Organizadora do I Congresso Brasileiro de Alcoolismo e Drogas, realizado em Londrina no período de 1.º a 06 de setembro.

Requer, outrossim, que a decisão desta Casa seja transmitida ao Dr. Heber Soares Vargas, Presidente daquele conclave.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1979.

(a) JOSÉ TAVARES

### JUSTIFICATIVA:

Nos dias presentes, vem assumindo graves proporções os males originados pelo alcoolismo e pelas drogas em geral, ulcerando de maneira acentuada todas as comunidades.

Assim é que reputamos de grande alcance a iniciativa de se promover um congresso para o estudo aprofundado da matéria que, como não poderia deixar de ser, veio conscientizar e fornecer subsídios para um combate mais eficaz.

Para o êxito alcançado, sem dúvida, muito contribuiu o elevado nível dos participantes.

Medidas como essas não podem passar despercebidas por este Legislativo. Ao revés, cabe aos Parlamentares acompanhar pari-passu todas as iniciativas que venham contribuir para o bem-estar coletivo.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de apelo ao Excelentíssimo Sr. Dr. HAROLDO FERREIRA DIAS, DD. Secretário de Estado da Segurança Pública, a fim de serem tomadas as providências necessárias, no sentido de ser instalado um Posto de Rádio Patrulha, em caráter permanente, na confluência das Avenidas Iguaçu e Presidente Arthur Bernardes, no Bairro de Santa Quitéria.

O presente apelo tem como escopo atender as reivindicações expostas pelos Srs. Darcy Caron Alves e Lauro Stelfeld Filho, respectivamente Presidente e Secretário do Rotary Club de Curitiba, Batel.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) ERONDY SILVÉRIO

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja

enviado apelo ao Governador do Estado, Excelentíssimo Sr. General NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, ao Presidente do BADEP, ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, ao Sr. Secretário da Agricultura e Sr. Secretário do Planejamento, visando o estabelecimento de um plano para atrair indústrias que aproveitem a matéria-prima regional, especialmente indústrias que atuem no campo da industrialização de suínos.

Requer-se, outrossim, que do inteiro teor deste, se dê conhecimento aos Srs. Prefeitos Municipais e Presidentes das Câmaras dos Municípios que compõem a Micro-Região do Sudoeste, bem como as cooperativas da região sudoeste.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

### JUSTIFICATIVA:

A Região Sudoeste contribuiu decisivamente na produção do setor primário estadual, escoando, entretanto, seus produtos para outros centros industrializados e também para outros Estados brasileiros, como São Paulo e Santa Catarina.

Com isso, perde o Estado, os produtores que percebem menos pelo fruto do seu trabalho, os municípios, que vêem seus moradores irem à procura de empregos em outras cidades, o Governo Estadual, que não recebe o IPI, e os consumidores que vão pagar mais pelo produto industrializado, produto esse por eles produzido e que volta acabado para ser consumido, acrescido dos custos de transporte, industrialização e impostos.

Esse quadro é ainda mais verdadeiro no setor da suinocultura, no qual o Sudoeste é o maior produtor estadual, além de representar o principal fator de sustentação econômica de milhares de famílias que dependem da criação e venda de suínos para a manutenção de suas famílias, nas pequenas propriedades ou minifúndios da região citada.

Pois bem, o que se vê hoje é o suinocultor sudoestino recebendo menos pelo seu produto do que em outros Estados. Enquanto que no Sudoeste paga-se Cr\$ 26,00 a Cr\$ 28,00 por quilo de suíno, em São Paulo o preço valia de Cr\$ 33,00 a Cr\$ 35,00 por quilo. Industrializado em outros Estados, volta ao consumidor por um preço absurdamente alto, pois é acrescido de transporte, de intermediação, industrialização e o IPI que poderia se constituir num importante incremento da Receita Estadual, é perdido pelo Paraná.

Não há dúvida, portanto, que resta um caminho: a industrialização na Região Sudoeste dos suínos ali produzidos. Para isso, contamos com uma boa rede de estradas asfaltadas, sistema de Comunicações Central de Cooperativas e Cooperativas Singulares, que facilitam e estimulam hoje um vigoroso surto de industrialização regional.

Tentativas no passado foram feitas para o estabelecimento de unidades industriais no Sudoeste. Infelizmente estão fechados dois frigoríficos: o de Palmas e Clevelândia, com sensíveis prejuízos para aqueles municípios, produtores e toda a região. Talvez tenham falhado mais pela falta de condições de estradas e comunicações, do que por falta de incentivos ou capital de giro.

Agora, entretanto, com o Governo Ney Braga que prega a desconcentração industrial, e apoia de maneira decisiva a implantação de indústrias no interior para criar novos empregos e combater a excessiva dependência da economia estadual do setor primário, o Sudoeste volta a clamar por incentivos definidos e medidas eficazes, visando atrair indústrias para a Região e, prioritariamente, frigoríficos para o processamento de suínos e bovinos na própria região de produção.

### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e com respaldo do Plenário, REQUER seja enviado um veemente apelo ao Excelentíssimo Senhor

Presidente do INAMPS, para que autorize o credenciamento do Hospital de Conselheiro Mayrinck, junto ao FUNRURAL, tendo em vista ser este o único hospital do município.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) PALÁCIOS

#### JUSTIFICATIVA:

A medida almejada no presente requerimento se prende ao fato de que o Município de Conselheiro Mayrinck, hoje com aproximadamente 8.000 habitantes, se vê absolutamente desprovido dos benefícios do FUNRURAL. Convém notar que cerca de 6.500 habitantes deste montante, povoam a região rural do município. Esta população, Sr. Presidente, se vê forçada a recorrer a outros municípios. Isto, além do risco de agravar a saúde dos pacientes, dos gastos de transporte e as consequências de um super atendimento nos municípios vizinhos (credenciados pelo FUNRURAL), que tem levado os munícipes a um estado de perquisição, uma vez que Conselheiro Mayrinck conta com um hospital com plena capacidade de acolher estes doentes.

Estes são os elementos, Sr. Presidente, que me levam a solicitar, em nome desta respeitável Casa, a autorização do credenciamento deste Hospital, que conta com todos os requisitos exigidos pelo FUNRURAL, além de estar se notabilizando pela seriedade, zelo e competência com que vêm acolhendo os enfermos daquele município.

É prudente lembrar que o fato de não ter gasolina nos feriados, tem levado a Prefeitura e outras entidades a situações bastante embaraçosas.

Os mesmos problemas, com certeza, têm enfrentado os munícipes de Jardim Olinda, Cândido de Abreu, Quitandinha, Fênix, Flórida, Porto Amazonas e mais cinco distritos.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, solicitando seja procedido reajuste imediato nos vencimentos dos Servidores Públicos do Estado, pois o aumento concedido a partir de 1.º de janeiro do corrente ano, já foi engolido pela inflação e pela alta do custo de vida, segundo os índices oficiais referentes a agosto.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) FIDELCINO TOLENTINO

#### JUSTIFICATIVA:

O último reajuste de vencimentos concedido ao funcionalismo público do Estado data de janeiro do corrente ano, e seu percentual foi de 40% (quarenta por cento).

O índice de inflação de agosto, segundo a Fundação Getúlio Vargas, foi de 5,8% e a alta do custo de vida, em nossa Capital, segundo o IPARDES, foi de 5,21%, num total acumulado de 38,89% até 31 de agosto de 1.979.

Hoje, essa marca já ultrapassou os 40% (quarenta por cento).

Daí, afirmamos que os servidores públicos tiveram seus vencimentos reduzidos para as tabelas vigentes em janeiro de 1.978, segundo o valor aquisitivo do que ganham nesta data.

Prevalecendo a média da alta do custo de vida verificada nos últimos três meses, até dezembro, o poder aquisitivo terá caído em 30% (trinta por cento) e o vencimento básico dos Funcionários Públicos do Estado, regredido para as Tabelas vigentes em 1.º de janeiro de 1.977.

Isso é um ato desumano.

Há poucos dias, essa Casa aprovou o envio de sugestão ao Governo do Estado, proposta por Deputado da ARENA, no sentido de que seja implantada no Paraná a correção semestral de vencimentos dos Servidores Públicos.

Agora, com a devida vênia, o que se verifica é o contrário, pois, com sua omissão, o Governo está aplicando política salarial que resulta na REDUÇÃO TRIMESTRAL do valor aquisitivo do Servidor para Tabelas vigentes nos anos anteriores.

De que vale ganhar mais 30% em 1.977 e mais 40% em 1.978, se em setembro de 1.979 já perderam 40% e até o final do ano perderão mais 30%?

Será justo que o Governo do Paraná, cuja principal meta anunciada é o HOMEM, se constitua no primeiro Estado da Federação a adotar um PLANO TRIMESTRAL DE REDUÇÃO DE VENCIMENTOS?

Eis aqui, Srs. Deputados, os motivos pelos quais, há poucos dias, rogávamos às mesmas autoridades, que os Cr\$ ... 895 BILHÕES ANTIGOS no crédito especial solicitado pelo Governo fossem aplicados num reajuste imediato de vencimentos.

Assim, reiteramos o pedido anterior, para que a correção semestral sugerida pelo nobre Deputado do Partido do Governo seja adotada e aplicada desde já, mas não de forma de abono ou de simples "abano" como se verifica no momento.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, na forma regimental, REQUER a Vossa Excelência, que após manifestação do Plenário, seja encaminhado expediente ao Excelentíssimo Sr. Dr. EDSON MACHADO DE SOUZA, DD. Secretário da Educação e da Cultura, no sentido de que seja determinada a urgente construção de uma casa escolar, com pelo menos quatro salas, na localidade de Buriti, Município de Laranjeiras do Sul, onde, proximadamente setenta (70) alunos estão sem aulas por falta de salas, conforme vai relatado no abaixo-assinado firmado pelos moradores do lugar e ata da Câmara de Vereadores daquele município que acompanham o presente.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) LINEUTURRA

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER o envio de cópia do requerimento já aprovado por esta Casa em Sessão Plenária, de 20/08/79, ao Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, e às Comissões de Agricultura das Assembleias Legislativas dos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Bahia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso do Norte.

Requer ainda, seja solicitado a essas Comissões, o empenho no sentido de interceder junto ao IBC, e às autoridades federais, objetivando a extinção total do confisco ou cota de contribuição incidente sobre as exportações de café.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) PINTO DIAS

#### JUSTIFICATIVA:

Conforme o exposto no requerimento mencionado, já aprovado por esta Casa, cuja cópia anexamos ao presente, o confisco cambial sobre o café vem acarretando uma série de dificuldades ao produtor.

O cafeicultor, aos poucos, está sendo praticamente obrigado a partir para um outro tipo de exploração econômica.

E se encetamos esta luta é porque julgamos que, somente desta forma, será possível salvar este importante setor de nossa economia: ou extingüimos o confisco, ou, dentro de poucos anos, será extingüida a cafeicultura em nosso País.

Solicitamos pois, a esta Casa, que com a anuência de seus ilustres Membros, encaminhe apelos aos órgãos e entidades mencionadas, para que eles também possam participar desse trabalho que julgamos ser de interesse de todos.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Governador do Estado e Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando daquelas autoridades a celebração de um Convênio de Cooperação entre o DETRAN e o Município de Nova Esperança, no sentido de serem condicionadas as diretrizes do trânsito com o planejamento urbano do mencionado município.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) BASÍLIO ZANUSSI

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, Gal. NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, e ao Excelentíssimo Sr. Secretário dos Transportes, Dr. NIVALDO ALMEIDA NETO, solicitando a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Munhoz de Mello à rodovia Santa Fé - Maringá.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) WALDYR PUGLIESI

## JUSTIFICATIVA:

Os Vereadores Geraldo Liberato e Ildebrando Leopoldino da Silva, de Munhoz de Mello, fazem apelo, através deste Deputado, no sentido de que o Governo do Estado proceda a ligação asfáltica da sede do Município de Munhoz de Mello até a rodovia que liga os Municípios de Santa Fé e Maringá.

Nos parece que esta ligação de apenas cinco quilômetros viria resolver inúmeros problemas que todos os anos se refletem e se agravam, principalmente na estação de chuvas.

O escoamento da produção agro-pastoril de toda essa região seria, sem dúvida, largamente beneficiada. O encurtar de distâncias por outro lado, traria a conseqüente economia de combustíveis, tão necessária nos dias de hoje de crise energética.

Acrescente-se também a justeza da realização desta obra como contrapartida estadual às grandes contribuições que Munhoz de Mello, Santa Fé e toda a região têm dado ao desenvolvimento do Paraná. Nada mais justo que fazer retornar aos citados municípios, através dessa reivindicação dos dois ilustres Vereadores, uma parcela do que é produzido pelo povo trabalhador de Munhoz de Mello, de Santa Fé e toda a região.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER que esta Presidência, com a aprovação do Plenário, determine a transcrição nos Anais da Assembléia Legislativa do Paraná, do discurso proferido pelo Dr. Lourival Santos Lima, na ocasião em que o Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, digno Presidente do Tribunal de Justiça do nosso Estado, foi homenageado pelo povo de Ponta Grossa, que lhe conferiu o título de "Cidadão Honorário".

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) DAVID FEDERMANN

## Projeto de Lei:

### PROJETO DE LEI Nº 129/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a instituir a Fundação Educacional de Laranjeiras do Sul, com sede e foro na mesma cidade, que se regerá por estatuto aprovado por

Decreto do Governador.

Art. 2.º — A Fundação terá personalidade jurídica a partir da inscrição do seu ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, com o qual será apresentado o respectivo Estatuto.

Art. 3.º — O patrimônio da Fundação será constituído:

a) — pelos bens imóveis, móveis e equipamentos que lhe forem destinados;

b) — pelos saldos dos exercícios financeiros;

c) — pelas contribuições, doações, subvenções e auxílios que lhe forem feitos ou concedidos pela União, pelo Estado, pelos Municípios e demais pessoas jurídicas de direito público ou privado, nacionais ou estrangeiros ou por pessoas físicas; e, d) — pelos juros bancários ou receitas eventuais.

Art. 4.º — A receita da Fundação será proveniente de:

a) — rendimentos de seu patrimônio, os quais serão completados pelo instituidor, o Estado do Paraná, através de recursos consignados anualmente no Orçamento Geral do Estado, sob a forma de dotações globais e específicas, cujo montante não poderá ser, em cada ano, inferior à consignação do exercício imediatamente anterior;

b) — auxílios, contribuições, doações e subvenções constantes do Orçamento da União, Estados e Municípios;

c) — taxas, emolumentos escolares, contribuições e anuidades;

d) — rendas patrimoniais;

e) — rendimentos de serviços prestados;

f) — auxílios, contribuições, doações e subvenções de entidades ou empresas de pessoas jurídicas de direito público, interno ou de direito privado, nacionais ou estrangeiros, ou de pessoas físicas.

Art. 5.º — A Fundação será administrada por um Conselho de Curadores, composto de seis (06) membros efetivos e três (03) suplentes, nomeados pelo Governador do Estado, com mandato de seis (06) anos, renovável, pelo terço, de dois em dois (02) anos.

Art. 6.º — O diretor e o Secretário da Faculdade serão nomeados pelo Governador do Estado, aquele dentre professores em exercício eleito em lista triplíce pela Congregação aprovada pelo Conselho de Curadores e ambos com mandato de dois (02) anos, permitida a recondução.

Art. 7.º — A Fundação não terá fins lucrativos; tem como finalidade criar, instalar e manter na cidade de Laranjeiras do Sul, uma Faculdade de Agronomia.

Art. 8.º — A competência e o funcionamento dos órgãos da Fundação, bem como da Faculdade, serão estabelecidos nos respectivos Estatutos e Regimentos.

Art. 9.º — A Fundação terá como órgão de fiscalização contábil e financeira um Conselho Fiscal, composto de três (03) membros, nomeados pelo Governador do Estado, dentre pessoas de ilibada reputação, com mandato de quatro (04) anos.

Art. 10 — A Fundação não distribuirá lucros a nenhum título e os seus rendimentos serão integralmente aplicados na sua manutenção e no da Faculdade, bem como no desenvolvimento de seus objetivos educacionais e de pesquisas.

Art. 11. — Compete ao Conselho de Curadores, fixar taxas, contribuições, anuidades e emolumentos escolares.

Parágrafo único — A Fundação poderá conceder bolsas de estudos, mediante concursos de provas entre os estudantes reconhecidamente pobres, exigindo sempre o posterior reembolso.

Art. 12 — O pessoal da Fundação, bem como o da Faculdade, será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, cabendo ao Estatuto definir a competência para admissão e criação de empregos.

Art. 13 — Na organização do regime didático da Faculdade, inclusive no currículo de seus cursos, a Fundação fará observar as leis do ensino da União e do Estado.

Art. 14 — O Conselho de Curadores elegerá, dentre os seus membros efetivos, o seu Presidente e Vice-Presidente, com mandato de dois (02) anos, permitida reeleição por mais um período consecutivo, e elaborará o Estatuto da Fundação, definindo as atribuições de todos os órgãos administrativos.

Art. 15 — Os membros do Conselho Fiscal e os do Conselho de Curadores, bem como seu Presidente e Vice-Presidente, não perceberão remuneração ou qualquer vantagem pelas respectivas funções, constituindo o seu efetivo exercício serviço público relevante.

Art. 16 — A Fundação terá duração por prazo indeterminado, extinguindo-se quando comprovada a impossibilidade material de sua manutenção, revertendo integralmente o seu patrimônio ao Estado do Paraná.

Art. 17 — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) LINEU TURRA

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem como escopo a instituição de uma Fundação Educacional com sede em Laranjeiras do Sul, com a finalidade de manter naquela cidade, uma Faculdade de Agronomia.

Laranjeiras do Sul, com uma população de aproximadamente 90.000 habitantes e estrategicamente localizada na região centro-oeste do Paraná, é o ponto de convergência dos Municípios de Quedas do Iguaçu, Palmeirinha, Guaraniaçu, Chopinzinho, São João, São Jorge D'Oeste e outros, com uma população que beira aos 250.000 habitantes.

Sediando, ainda mais, as administrações das Usinas de Salto Osório e Salto Santiago, e possivelmente a da Usina de Salto Segredo, e em se tratando do terceiro município do Paraná em extensão territorial, quer nos parecer inteiramente justa a medida ora proposta, para a qual pedimos o indispensável apoio de nossos nobres Pares.

#### Projeto de Resolução:

##### PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 82/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1.º — A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, reunir-se-á na última semana do mês de junho e na última semana do mês de novembro de cada Sessão Legislativa, com a finalidade de, em Sessão Solene, proceder à entrega de Títulos de Cidadania.

Art. 2.º — A entrega dos Títulos de Cidadania, de que trata o Artigo 1.º, será feita em conjunto, homenageando todos os agraciados, que receberão a honraria obedecida à ordem crescente numérica da lei que a concedeu.

Art. 3.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(aa) Antônio Facci, Tadeu Lúcio Machado e Lineu Turra

#### JUSTIFICATIVA:

A entrega de títulos de cidadania, pela Assembléia Legislativa, deve revestir-se de requisitos essenciais que, não raro, têm sido inobservados. A Sessão, além da solenidade exigida para o Ato, deve retratar a real intenção do legislador em homenagear as figuras proeminentes que com o Título de Cidadania são agraciados. Entendemos, portanto, que duas Sessões Solenes Especiais, sendo criadas por Resolução, darão o cunho exato e o firme alcance das medidas aprovadas.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está finda a leitura do Expediente.

A Mesa registra, com satisfação, a presença nesta Casa, do Sr. Deputado Federal, Álvaro Dias.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o

Pequeno Expediente, Sr. Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Voltamos à tribuna, mais uma vez, para fazer novo apelo ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Coronel Haroldo Ferreira Dias, apelo este que é, na verdade, nestes dias conturbados porque passa o Município de Cascavel, e que lamentamos profundamente, o clamor daquela comunidade, através de lideranças autênticas de diversos segmentos sociais que não se conformam com o clima de intranquilidade e insegurança lá existentes.

Longe de nós, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a intenção de desejar criar uma imagem negativa para a progressista Cascavel, e de agir mais pela emoção do que pela razão, como estranhamente já dissera, nesta Casa, o Deputado David Cheriegate.

Todavia, não podemos silenciar sobre os tristes acontecimentos lá ocorridos e que continuam ocorrendo, conforme manchete estampada hoje, na primeira página do jornal "O Estado do Paraná": "Juiz de Cascavel pede garantias à polícia". Isto porque sua vida corre perigo diante ameaças que vem recebendo esse Magistrado da respeitabilidade e da dignidade do MM. Dr. Paulo Roberto Hatner, o qual temos a honra de conhecer, respeitar e admirar, como o é pelos cascavelenses. Mister se faz que enérgicas e urgentes providências sejam tomadas.

Daí porque o nosso apelo ao Sr. Secretário da Segurança, no sentido de dotar Cascavel de Distritos policiais em número suficiente para atender o altíssimo índice de criminalidade no Município, que conta com uma única Delegacia de polícia e da qual, recentemente, subiram a juízo cerca de mil e quinhentos inquéritos policiais dos tais "casos insolúveis".

Isto comprova, de maneira irrefutável, não existirem mínimas condições de estrutura policial para cumprir sua precípua missão social, de proteger um povo operoso que quer, e precisa viver com tranqüilidade e segurança.

A falta de recursos humanos eficientes, de viaturas e combustível, condicionam ingerências políticas locais junto a maus policiais que, infelizmente, ainda existem, conforme ficou sobejamente evidenciado e noticiado pelos mais importantes órgãos da imprensa estadual e nacional, e pela televisão, no recente episódio do assassinato do Sr. Antônio Heleno dos Santos, Diretor proprietário do jornal "Frenteira do Iguaçu", de Cascavel.

Por essa razão, Sr. Presidente, encaminho à Mesa um requerimento. — (Lê):  
"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Secretário de Estado da Segurança Pública do Paraná, solicitando a criação de Distritos Policiais suficientes para a manutenção da ordem e da segurança pública.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1.979.

(a) RENATO BUENO

#### JUSTIFICATIVA:

Diante manifestações que temos recebido da comunidade cascavelense que evidencia a intranquilidade e insegurança naquela cidade pelo alto índice de criminalidade, reiteramos a criação de novos Distritos Policiais para que a população local sinta-se protegida pelo policiamento preventivo e efetivo.

Da decisão do Plenário, solicito seja dado ciência ao ilustre Secretário da Segurança Pública do Estado do Paraná, Coronel Haroldo Ferreira Dias."

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):  
"Com efeito, a célebre "Declaracion de Droit de l'Homme e du Citoyen" enuncia os direitos inalienáveis do Homem,

entre os quais a liberdade individual, a liberdade da palavra, a liberdade de consciência, a igualdade em direitos, a segurança e a resistência à opressão. O documento serviu para representar o grande toque de reunir as massas populares contra a tirania que dominava o mundo, porém ainda hoje serve como exemplo, e está a nos oferecer orientação e força contra os muitos tipos de despotismo, onde quer que eles se apresentem.

Mais uma vez estamos vivendo momentos de incerteza nesta Nação, com a classe dos bancários atingida mais diretamente, com efeito em todas as posições democráticas da sociedade brasileira. O arbítrio mais uma vez está presente, tentando calar uma das vozes mais respeitadas e destemidas do sindicalismo nacional: Olívio Dutra, de Porto Alegre. Um verdadeiro desrespeito aos trabalhadores que exigem apenas seus direitos, pois estão cansados de viver com um salário de fome, dentro desta deficiente distribuição de rendas. Os Ministros estão sempre prontos a gritar em nome da "segurança da sociedade", ou respeito às leis trabalhistas, mas esquecem de sentar na mesma mesa do trabalhador, do Líder Sindical, para discutir os problemas e tentar resolvê-los sem prévia determinação. Foi assim em São Paulo, Minas Gerais, e agora em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul.

Comentando a crise gerada nos pampas, o Líder metalúrgico, Luiz Ignácio da Silva, o "Lula", colocou muito bem dizendo que "é hora da união contra o arbítrio", afirmando ainda que "até agora nenhuma entidade patronal sofreu intervenção e nenhum patrão foi punido com a prisão por desrespeitar a legislação trabalhista". Terminou muito bem seu comentário ao analisar: "é evidente a intenção do governo de esmagar as lideranças sindicais, na exata medida desta abertura lenta e gradual. Isto acontecerá toda vez que a direção de um sindicato assumir a luta de sua categoria. E, se o destino é cairmos todos, um a um, é preferível cairmos hoje, todos juntos. Por isso, os bancários do Rio Grande do Sul, assim como os trabalhadores de qualquer outro Estado, podem contar com a nossa solidariedade prática. Estamos decididos a ajudar-lhes em sua luta justa até que o cutelo do regime alcance também as nossas cabeças".

Considerando que os bancários exercem uma profissão altamente responsável, considerada até mesmo de utilidade pública, em troca de um salário, em média, de Cr\$ 3.500,00 mensais, obrigados muitas vezes a dar diariamente duas horas a mais do que as seis fixadas no contrato de trabalho, fica clara a posição da classe diante dos banqueiros que ganham até Cr\$ 500.000,00 mensais. Segundo pesquisa do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, o Bradesco paga a seus dois diretores-executivos, Lázaro de Melo Brandão e Francisco Sanches, um salário de Cr\$ 400.000,00 mensais, fora comissão. No Itaú, o diretor-geral José Carlos de Moraes Abreu, retira uma média de Cr\$ 500.000,00 mensais, enquanto outros membros da diretoria recebem em média Cr\$ 350.000,00 mensais. No Banco Real, a média salarial da diretoria gira em torno de Cr\$ 350.000,00, enquanto no Unibanco o salário fica perto dos Cr\$ 250.000,00. Os demais grandes Bancos: Nacional, Bamerindus, Mercantil de São Paulo, Econômico, Auxiliar de São Paulo, etc., têm salários na base de Cr\$ 200.000,00 mensais para seus diretores.

É clara e evidente a disparidade de vencimentos, colocando o bancário numa situação inferior a muitas outras classes trabalhadoras. Segundo o DIEESE, os banqueiros constituem a categoria empresarial que mais lucros obteve nos últimos dez anos, enquanto os bancários, segundo a mesma fonte de pesquisa, representam a classe profissional mais explorada desta Nação, com salários inferiores aos dos trabalhadores na construção civil. Não resta a menor dúvida, a panela está cada vez mais vazia.

Na sua décima quinta Assembléia-Geral, a Conferência

Nacional dos Bispos do Brasil registrou em seu documento: "Impede-se o diálogo autêntico quando os regimes se pretendem inquestionáveis e repelem quaisquer reformas além daquelas por eles mesmos outorgadas". O resultado desta falta de diálogo aí está: Greve de Estudantes em João Pessoa; Passeata de Bancários, em Porto Alegre; Caminhoneiros ameaçando greve em Campinas; Operários da construção civil em greve em Belo Horizonte, luta contra a carestia em São Paulo e tantas outras situações desagradáveis.

Fica o registro da indignação de Deus, segundo o Livro Profético de Ezequiel: "... enganaram o meu povo, dizendo: paz, e tal paz não havia".

O SR. PRESIDENTE — (**Fabiano Braga Côrtes**) Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Fidélino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi atentamente a colocação feita pelo eminente Deputado Renato Bueno, relativa ao problema de Cascavel, e venho a esta tribuna, Sr. Presidente, para lembrar que o Sr. Ney Braga teria dito que seria questão de honra do seu Governo, esclarecer o crime de homicídio de Antônio Heleno, jornalista assassinado em plena rua de Cascavel, e que também, seria do seu interesse punir os implicados neste momentoso caso.

O fato ganhou expressivas manchetes na imprensa nacional, e a população viu-se ameaçada pelos boatos, afirmações e retrocessos de todo o procedimento policial. Seguidas entrevistas das autoridades, contradisseram-se no curso das investigações, e até hoje, não há uma posição definida e nenhuma notícia de medidas austeras, para que a população se sinta protegida pelos organismos de segurança.

O fato é que o crime de Danilo Galafassi, ex-Secretário da Prefeitura, em poucos dias, fez-se investigações e surgiram prisões, e até mesmo convenceu-se de que o autor intelectual, teria sido determinada pessoa.

Entretanto, o povo de Cascavel não ficou convencida da veracidade e do eventual nome daquele mandante. Todavia, Sr. Presidente, mesmo com as dúvidas baseando-se apenas nos indícios que foram levados para os autos, a autoridade judiciária achou por bem decretar a prisão preventiva do implicado Juarez Junqueira, marido de uma das secretárias do município, mais precisamente da Secretária de Educação do Município de Cascavel.

Acontece que, no caso presente, Sr. Presidente, apesar da testemunha ter dito ou ter insinuado nome do mandante ou do eventual autor intelectual do crime, até agora, não houve uma determinação robusta, firme, decisiva, nem por parte do Governo do Estado, nem por parte do organismo judiciário de Cascavel, e o que é pior, Sr. Presidente, está vindo à capital do Estado do Paraná, segundo noticiário da imprensa, o próprio Juiz de Direito, Presidente do Fórum de Cascavel, pedir garantia de vida, porque está sofrendo ameaças em sua casa, através de telefonemas dados a empregados e pessoas da família.

O clima de tensão em Cascavel, Sr. Presidente, está extrapolando os limites de tolerância. Não é possível que Cascavel, um dos municípios mais progressistas deste Estado, se vê acuado e coagido por pressões dos poderosos, seja ele de qualquer setor da sociedade.

É preciso que haja firmeza, honra, sobretudo honra, da parte das autoridades competentes, para punir aqueles culpados.

Recebi, recentemente, Srs. Deputados, uma notícia de que um determinado repórter da Rádio Colméia de Cascavel, vinculado com a Prefeitura, buscando interesse do Paço Municipal, teria inclusive, envolvido uma pessoa da família deste Deputado, em crime de Cascavel, querendo infamar um passado



grupo de Ney Braga e por isso, pode ter perdido a proteção oficial que sempre impediu que ele fosse levado ao banco dos réus."

Jornal Movimento, segunda página: "Pistoleiro era da ARENA".

Hoje pela manhã, o Delegado especial, Raymundo Nonato Siqueira, reuniu a imprensa e durante mais de duas horas, comentou dados, detalhes, sobre o episódio de Cascavel e o próprio Delegado dizia...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Vossa Excelência tem um minuto para concluir sua oração.

O SR. FIORI LUIZ — Dizia que há muito envolvimento político e que ele acha difícil colocar os mandantes na cadeia.

E havia um plano também, para criar-se novas versões e oferecer um milhão de cruzeiros para o Delegado Raymundo Nonato Siqueira, e mais um milhão de cruzeiros, dinheiro que seria repartido, entre outros, envolvidos no crime. A verdade é que estão ameaçando agora, o Juiz de Cascavel e também o Delegado de Polícia lá de Cascavel. E mais uma vez cobramos desta tribuna, porque todos os indícios segundo a entrevista desta manhã, do Delegado Raymundo Nonato Siqueira, todos os indícios levam à Prefeitura, levam ao Prefeito e levam ao vice-Prefeito.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Le): Há anos e anos o Estado vem explorando trabalhos gratuitos, na Educação, pagando migalhas às Professoras da 1a. a 4a. séries (ex-primárias), dando aumentos irrisórios, bem e sempre inferiores aos índices salariais, e nem se fala dos percentuais do custo de vida, ou da inflação e mantendo uma categoria de baixo custeio, pois que jamais se lhe pagaram as vantagens do Estatuto do Magistério, que veio tardiamente e mesmo assim não deram-lhe condições de nele ingressar e também jamais se lhe pagaram as vantagens da CLT, visto que nunca foram registrados em Carteira, trata-se dos professores suplementaristas, que mais parecem marginais da lei, não amparados nem por um, nem por outro regime constitucionais de trabalho. Explica-se muito bem, por estas colocações, o porque do Governo vir reduzindo, ano após ano, as verbas da Educação — é que os próprios professores financiaram e continuaram financiando a educação.

Acena-se agora com uma estabilidade, malandrosamente, elaborada, alegando-se que quer-se resolver um problema social.

Mas qual problema social? O problema aqui, é tudo: a instabilidade, a baixa remuneração, o excesso de serviço, enfim, a exploração e aviltamento de um ser que está cheio de promessas, que está cheio de ser elogiado, mas tudo para fazê-lo esquecer de que está sendo tão explorado. Ora o que vem resolver a estabilidade proposta pelo Governo? Podemos admitir uma só coisa, porém o Governo exige em troca mil e umas outras coisas, isto é, dá-lhe "estabilidade", mas exige que seja no Quadro do Poder Executivo, enquadrado no Estatuto dos Funcionários Públicos, reduziu-lhe as férias e até chegou a reduzir os vencimentos. Tudo isso como se o professor não tivesse a sua cartilha, se não continuasse precisando das férias de sessenta dias e se não bastasse de explorá-lo familiar, social e economicamente.

Srs. Deputados, quantas injustiças cometeram-se para com os mestres e ainda se quer injustiçar mais. Não podemos deixar que ocorra isso porque os "homens" assim o querem. Olhemos o professor como um homem cansado de ouvir elogios e de ser considerado um herói. Ele é o que aponta horizontes promissores, e agora não vamos fechar os horizontes

de quase trinta anos, Sr. Presidente, da pessoa de minha família, buscando talvez, denegrir a nossa atuação honrada lá naquele município, onde sofremos no passado as injunções do próprio jaguncismo e o que venho fazer nesta tribuna, Sr. Presidente, é pedir que Ney Braga, Governador deste Estado do Paraná, que disse ser questão de honra resolver os problemas sérios da minha cidade, do meu município e da própria região, o apelo que viemos fazer desta tribuna é que ele, pessoalmente, determine com firmeza, com atuação, com ponderação, mas com severidade, que os culpados desse e de outros crimes sejam punidos na forma da lei em vigor, Sr. Presidente, porque não haverá mais tolerância e se forem mais além esses abusos, abuso inclusive, Sr. Presidente de microfones de rádio que toda a população vê, sente e pressente, a interesse de um determinado repórter em proteger a Prefeitura.

E o que viemos fazer, não é pedir proteção para qualquer parente deste Deputado, não. Se tiver ou se possa ter culpa neste ou em qualquer outro caso, vá para a cadeia com a minha própria colaboração para ser preso, se dever, entretanto, Sr. Presidente, não pode-se permitir, nem contra este, nem contra aquele, que os abusos cometam-se e também que a população fique desprotegida aguardando quase mais de trinta dias, para que os culpados sejam punidos, para acabar, de uma vez por todas, com os vícios políticos e de interesses escusos.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, a Sua Excelência o Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Antes de mais nada, quero saudar a presença aqui, do Deputado cassado, do Paraguai, Domingo Laino, Líder da Oposição, que luta contra o regime de ditadura do nosso vizinho País, o Paraguai.

Jornal Movimento, página dois, de 03 de setembro de 1979: "Banditismo. O pistoleiro era da Arena". Uma foto do Prefeito, com a legenda: "Jacy Scanagata, o Prefeito da Arena, contratou os pistoleiros". Passo a ler a matéria do Jornal Movimento:

"Quando o assassino profissional, Júlio Moura, revelou o nome do mandante do crime que vitimou o jornalista Antônio Heleno, em Cascavel, não surpreendeu ninguém, apenas confirmou as suspeitas da maioria da população da cidade. Jacy Scanagata, Prefeito e Líder da Arena local, foi quem mandou matar Antônio Heleno, em mais uma tentativa de fazer calar o Fronteira do Iguaçu. Insiste-se na necessidade de que seja elucidado outros crimes ocorridos na região.

A primeira tentativa de acabar com o jornal, ocorreu na madrugada de terça-feira do último carnaval, quando um incêndio criminoso destruiu todo o equipamento gráfico. Isto aconteceu, logo depois que o Presidente da Arena local, Gilberto Meyer, invadiu a redação e ameaçou "por fogo neste pasquim, se não pararem com as denúncias contra nós".

Não foi difícil para o Prefeito encontrar quem executasse o jornalista. Para isso, contou com o auxílio do sargento Arthur de Oliveira, carcereiro da Delegacia de Polícia, e seu cabo eleitoral. Por Cr\$ 500.000,00, o sargento Arthur contratou Júlio de Moura e Euclides da Rocha, que ficaram hospedados em sua residência até o momento do crime. O carro dos dois, ficou no pátio da Delegacia. Foram quatro tiros, calibre 38, às três da madrugada, quando Antônio Heleno voltava para casa. O que surpreendeu a todos foi o comportamento da própria Polícia, que desta vez, decidiu apurar o crime. Até então, dezenas de assassinatos cometidos no oeste paranaense, por pistoleiros profissionais, foram arquivados por insolúveis. Há um dado que explica essa mudança de comportamento: Jacy Scanagata, mantém-se fiel ao ex-Governador Jayme Canet, que organiza o Partido Independente. Isso o coloca em dissensão com o

que eles têm direito. Vamos, isto sim, dar-lhe estabilidade, mas uma verdadeira estabilidade, enquadrando-o no Quadro Próprio do Magistério. Nada a mais gastará o Governo, se assim proceder e mesmo que venha a gastar um pouco, temos que saber que o valor de um País está na cultura de seu povo e querer cultura e educação na base da economia, significa reter o desenvolvimento do País. É preciso convencer-se de que vale a pena investir no campo educacional e da instrução; de que investimentos nestes setores não são aventuras; de que a rentabilidade deles advindo, fortalecerá a Nação, em todos os setores, inclusive o democrático.

A educação precisa ser aprimorada, mas não façamos mais este aprimoramento aviltando, economicamente, o professor.

Ele tem família e obrigações sociais. Estudou. É profissional especializado. Por tudo isso, lembremo-nos que o Pe. Anchieta, se vivesse ainda, estaria envergonhado de ver seus discípulos tão relegados a segundo plano e vamos dar-lhes o que realmente merecem, que é de justiça e de direito - a estabilidade no Quadro Próprio do Magistério, para os níveis de vencimentos segundo a habilitação. E basta de paliativos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, último orador inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): A Comarca de Capanema, é, hoje, formada pelos Municípios de Capanema, Planalto e Pérola D'Oeste, com uma população de cerca de cem mil habitantes e mais de vinte e cinco mil eleitores abrangendo uma área de aproximadamente 1.120 km<sup>2</sup>.

Esta comarca, em função do acelerado povoamento e desenvolvimento do Sudoeste do Paraná, registra atualmente, conforme depoimento colhido perante os serventuários e os próprios magistrados, um elevado volume de serviços forenses.

Nos últimos três anos, por exemplo, foram processados uma média de 1.000 feitos, entre Cível, Crime e Precatórias, obrigando o Juiz de Direito a, além de inúmeras outras atividades de rotina, proferir uma média de 4 sentenças por dia e realizar cerca de 4 audiências diárias.

Este volume de serviços, aliado ao fato de que, grande parte do tempo a Comarca de Capanema permanecer sem Juiz, pois os magistrados para lá designados não permanecem por muito tempo - em função da quase desumana carga de trabalho - somado ao fato de que o Juiz Adjunto estar fixado na Comarca de Santo Antônio do Sudoeste, tem trazido inúmeros transtornos à população local.

Tudo isso faz com que os processos se acumulem e as causas se delonguem por muito tempo, emperrando o aparelho judiciário e dificultando uma pronta e rápida distribuição de Justiça.

Face ao exposto, queremos, nesta oportunidade, associarmos-nos ao povo daquela localidade do Sudoeste do Paraná, numa reivindicação apresentada em agosto último pela Câmara Municipal de Capanema.

Solicitamos, desta tribuna, os préstimos do Sr. Governador do Estado, do Sr. Secretário da Justiça e da Comissão Permanente de Organização e Divisão Judiciária, no sentido de que a Comarca de Capanema seja elevada, de Comarca de Entrância Inicial para Entrância Intermediária e desdobrada em duas Varas, uma Cível e uma Criminal.

A elevação da Comarca de Capanema para a categoria de Entrância Intermediária, trará, como benefício imediato, a fixação de um Juiz de Direito na Comarca.

E, o desmembramento em duas Varas, uma Cível (atendendo os processos Cíveis, falências, concordatas e causas trabalhistas) e outra Criminal (acumulando os processos relativos a menores e a execuções criminais), dividirá o serviço forense e melhor atenderá aqueles que batem às portas da Justiça.

Sr. Presidente. A Justiça não é uma conveniência e muito menos um interesse. É, acima de tudo, um dever. E, acreditamos, o dever maior do Estado.

Por isso, encarecemos desta Casa de Leis, oficializar às autoridades de Direito, para que a presente solicitação do povo de Capanema, Planalto e Pérola D'Oeste, que é, antes de uma justa reivindicação, uma necessidade e um direito, torne-se, o mais breve possível, numa realidade que, a par de atender os reclamos sociais, certamente contribuirá para o aperfeiçoamento do Sistema Judiciário do Estado do Paraná.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Luiz Alberto Oliveira.

O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê) Inicia-se amanhã o Congresso Municipalista do Paraná. O assunto, a respeito de municípios, tem sido constantemente debatido nesta Casa.

Ainda recentemente, tivemos o prazer de apresentar requerimento propondo medidas para auxiliar as prefeituras municipais a terem condições de adquirir equipamentos rodoviários.

Hoje, volto à tribuna da Assembléia para abordar o mesmo assunto referente ao municipalismo, e começo com a citação do grande jornalista pátrio, Rui Barbosa, estadista de larga visão, que afirmava numa das suas frases:

"Não há corpo sem células. Não há Estado sem municipalidades. Não pode existir matéria vivente sem vida orgânica. Não se pode imaginar existência de nação, existência de povo constituído, existência de Estado, sem vida municipal".

(Rui Barbosa)

Quando desejamos referir-nos a um consenso, como o da importância das municipalidades, ainda assim nos socorremos de expressões felizes de alguns Maiores, na esperança de que o tema seja pensado a partir da sua essência.

Que não se fique na superficialidade do que se constata diariamente e que amortiza o alcance e o sentido dos grandes problemas.

Todos nós, neste plano, estamos compartilhando preocupações sobre a revisão das relações entre a União, os Estados e os Municípios-revisão essa que tarda e que já se pensa se não será o caso de fazer uma reforma - e, devemos mobilizar-nos para acelerar esse processo de revisão, sob pena de que os males agravados dos últimos anos tornem sem remédio certas situações municipais.

A crise, nós todos conhecemos: a crise do município como célula territorial do Estado que, ao longo dos anos, a sabedoria dos homens e seu consenso configuram como unidade político-administrativa razoável, segundo os ditames das relações econômicas e sociais realizadas.

O território está distribuído pelos critérios consensuais, o espaço físico. Porém, a autonomia relativa a administração local está emperrada, dificultando o progresso e a solução de problemas sociais e econômicos. A auto-administração se tornou impossível, seja porque os meios, instrumentos e os recursos econômicos se tornaram insuficientes para tantas tarefas que a modernização impõe; seja porque não temos ainda relações sociais que permitam estimular mais a participação de todos no que é de seu próprio interesse direto: a administração local.

Agora, à medida em que estamos superando o excessivo centralismo que tantas deformações causou e ainda causa, quando o povo aumenta sua fiscalização sobre os administradores, devemos realizar um grande esforço para fazer uma reforma política e administrativa capaz de oferecer condições para o desenvolvimento municipal.

Na verdade, devemos lutar por reformas constitucionais e



administrativas, ao mesmo tempo em que deveremos resolver os desafios da adaptação à vida democrática, exercendo o papel de lideranças que compreendem e procuram interpretar os sentimentos e necessidades do povo.

Aos municipalistas compete uma tarefa gigantesca; talvez a que constitui uma síntese político-administrativa do Brasil de hoje: Proclamar o seu "independência ou morte", porque os municípios que não estão passando para trás no caminho do desenvolvimento estão à beira da inércia. Não inércia administrativa no seu aspecto geral, mas naqueles pontos decisivos que devem constituir uma pronta resposta aos desafios atuais.

Compreendemos que não é mais possível permanecer nesta situação. E, pelo tatear das iniciativas federais, tampouco poderemos esperar que a União e as representações políticas no plano federal despertem para a urgência do problema municipal brasileiro.

Antes de todas as coisas, é preciso favorecer o esforço natural das lideranças econômicas, sociais e políticas dos municípios. E como diz Levi Carneiro (in "Organização dos Municípios e do Distrito Federal"): "Não sacrificando o espírito local, que apenas desperta; não o esmagando ao peso de responsabilidades e encargos excessivos. Antes, tutelando-o, amparando-o. Não eliminando, de chofre, por completo, a assistência do poder central. Consagrando a autonomia local - sem se deixar desviar pela sua sedução."

Com a crescente mobilização popular democrática, estamos dando passos decisivos para que novamente despertem as iniciativas sobre a administração municipal. Porém, esse despertar encontra relações muito difíceis entre a União, o Estado e os municípios, com o conseqüente afogamento de iniciativas da administração local e o aumento muito rápido das reivindicações econômicas e sociais.

Urge, pois, continuar o exercício democrático da mobilização popular em torno de seus interesses. Urge, também, reunir os responsáveis pela administração pública municipal, para reivindicar politicamente soluções para os problemas da comunidade. E agora é decisivo mobilizar os administradores municipais e os políticos para que se faça uma reforma constitucional, restaurando a autonomia dos municípios e criando meios e instrumentos eficazes para a administração pública.

Os municípios brasileiros enfrentam três grandes problemas: o primeiro deles é o da nacionalização de sua vida econômica, social, cultural e política; é um problema sócio-estrutural, que diz respeito à integração nacional. Problema que não pode ser resolvido de vez, e que demanda pelo espírito nacional a integração e o integracionismo em vez do isolacionismo e a visão particularista de realidades separadas dentro do território nacional. Será melhor equacionado e resolvido gradualmente na medida em que a luta pelo desenvolvimento e a autonomia municipais progredam.

O segundo problema em importância decorre do Sistema Tributário Brasileiro, que vem sendo utilizado para uma concentração inadmissível de riquezas, tanto do ponto de vista social como das unidades federais brasileiras. Assim, como o Trabalho é escassamente remunerado em favor do Capital, notadamente o Capital especulativo; assim também a União toma e assume as receitas principais de impostos, taxas e tributos, deixando parte menor aos Estados, e mínima para os municípios. Além do mais, grava a parte dos municípios com seus próprios serviços excessivamente burocratizados.

Este é um problema muito grave e que desalenta os municípios; mas nada será bem resolvido neste País se não lutarmos para que sejam elevados os impostos diretos e diminuídos os impostos indiretos, e entre aqueles o imposto sobre a renda; sobre a propriedade improdutiva e da herança de 2.<sup>o</sup> e 3.<sup>o</sup> graus de parentesco.

Vou permitir algumas considerações sobre este problema que afeta em muito os municípios: na medida em que a

União não tirar suas receitas fundamentais da renda e da propriedade extensiva-e-pouco produtiva, continuará injustamente gravando o povo, o consumidor, com impostos e taxas sobre os produtos industrializados e comercializados. Desta forma é o povo de um País ainda pobre que paga o maior tributo nacional, à União e aos Estados. Por sua vez, indústrias e comerciantes têm que transferir esses impostos ao consumidor final.

Na maioria dos países desenvolvidos, as receitas da renda acumulada e da propriedade concentrada ou privatizada familiarmente é que fornecem recursos decisivos para a administração pública, e dessa forma se corrigem distorções sociais incompatíveis com a democracia. Por essa razão é que os municípios também devem engajar-se numa luta pela reforma do Sistema Tributário Brasileiro, como solução para seus próprios problemas.

O terceiro problema que enfrentam as Municipalidades é o do desafio que lhe fazem o bem-estar social e o progresso de seus cidadãos. Como atender às necessidades sociais e culturais de sua população, estimulando e oportunizando iniciativas econômicas que permitam o crescimento das rendas? E naturalmente, tudo isso deve ser feito ao mesmo tempo em que o aparelho administrativo da comunidade vai criando e elevando a infra-estrutura social.

Já se tem visto, em encontros e debates ao longo dos últimos anos, que sem uma reforma político-administrativa profunda, a nível nacional, nada disso será possível. E até chegaremos ao amortecimento dos impulsos orgânicos nos municípios com a crescente submissão e subordinação dos executivos municipais aos poderes mais altos.

Lembro que essa dominação sobre os municípios criou tarefas e despesas que não são, sequer, constitucionais. Como a designação de próprios municipais para servir estatística, delegacia do trabalho, alistamento militar, polícia, justiça, educação e saúde, além de outros; e despesas funcionais para obter esses serviços. É uma aberração que os municípios tenham de investir em serviços estaduais e federais para obter serviços e atendimentos prescritos na Constituição, e nas leis federais e estaduais. É preciso resistir a esses abusos que se transformaram em rotina.

Os acordos e convênios com o Estado e os setores da União também dessagram os municípios, que acabam caindo na armadilha inconstitucional de - para contarem com aquilo que é de lei e constitui um direito, portanto - ter que pagar indiretamente para obter serviços públicos. É urgente combater esses abusos através de uma frente política que defina essas relações entre os poderes, libertando os municípios dessa escravização econômico-burocrática.

Há uma reforma educacional em transição, pela Lei 5692, que transfere aos municípios as responsabilidades educacionais de 1.<sup>o</sup> grau. Mas essa reforma vem sendo "reformada" nos Estados brasileiros mais desenvolvidos, e contestada em grande parte: como pode municipalizar-se a educação do 1.<sup>o</sup> grau se ninguém está satisfeito com o sistema nacional de educação? Especialmente a educação do 1.<sup>o</sup> grau? Já se perceberam as principais falhas desse sistema e da reforma: adequar a educação ao nível sócio-cultural e ao tipo de produção existente nos municípios e impor um custo adicional às dificuldades já existentes nas comunas. São outras as soluções que devem ser encontradas.

Para citar apenas um exemplo: a educação de 2.<sup>o</sup> grau deveria ser dos Estados, porém estes a repassam para a iniciativa particular; e a educação do 3.<sup>o</sup> grau, de nível universitário que deveria ser da União, está onerando o Estado do Paraná e retirando recursos da escolarização do 1.<sup>o</sup> grau - que é a fundamental, aquelas de que todos os cidadãos brasileiros neces-

citam, sob pena de ficarem à margem das oportunidades e condições de proverem seu sustento e progresso.

Os municípios devem reavaliar sua situação e a aceitação da tarefa de assumir a educação de 1.º grau, mesmo que o canto da sereia os chame para convênios: de pagamento de professores. É um assunto que merece maiores estudos.

Assim também devem ser reavaliadas as relações que implicam na delegação de atribuições quanto à saúde, ao saneamento básico, à oferta de água e esgoto, à localização de serviços estaduais dos dois poderes: Executivo e Judiciário.

Outra questão da maior gravidade é que diz respeito aos Fundos especiais federais: O Fundo de Participação dos Municípios, o Fundo Rodoviário Nacional, o Fundo de Energia Elétrica e o Fundo de Minerais.

Constitui uma diminuição das atribuições municipais invadir a competência originária ou sobretaxar os cidadãos, para depois fazer retornar de forma concessiva uma parte desses recursos. E não são ouvidos os municípios nem os municípios, todos dominados e explorados até que sufocem pela opressão fiscal e tributária.

Creemos que é chegada a hora de lutar com mais firmeza para corrigir essas distorções que impedem hoje até mesmo os serviços rotineiros municipais. Impedem a industrialização e a comercialização em escala municipal; impedem o enfrentamento de questões econômicas e sociais que são colocadas pela população para que as lideranças políticas e administrativas dêem soluções imediatas.

Sem fazer bandeira do velho municipalismo - que ignora as novas realidades brasileiras - devemos cerrar fileiras num novo municipalismo, na tentativa de salvar as municipalidades para salvar o Brasil. E hoje poucos são os que não compreendem que as reformas necessárias brotam das exigências de baixo, como parte do processo de democratização nacional. E sem que o povo e as municipalidades dirijam suas próprias decisões nada será feito de importante e duradouro."

**O Sr. Deni Schwartz** — Vossa Excelência permite um aparte? **(Assentimento).** — Deputado, Vossa Excelência traz a esta Casa, novamente um assunto que há pouco tempo teve oportunidade de abordar: o problema do municipalismo. Naquela oportunidade, estou bem lembrado, Vossa Excelência advogava a criação de faixas de empréstimos para as prefeituras com juros subsidiados numa iniciativa altamente louvável.

Nessa oportunidade, Vossa Excelência muito bem coloca o problema do municipalismo, talvez não nos dias de hoje, mas do municipalismo, desde que Brasil, é Brasil.

Na verdade, nós nunca tivemos um municipalismo realmente à altura do que deveria ser. Tenho a satisfação de ter ao meu lado, um batalhador do municipalismo, Deputado Cyro Martins, que quando Prefeito de Ponta Grossa, honrou a Associação dos Municípios do Paraná, sendo seu Presidente. **O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — E Vossa Excelência, sendo o seu Vice-Presidente. E quero fazer justiça também, a um ex-Presidente de uma outra associação o Deputado Pinto Dias, ex-Prefeito de Paranavaí.

**O Sr. Deni Schwartz** — Lembro que naquela oportunidade, não só o Prefeito Cyro Martins, mas o Município de Ponta Grossa foi até altamente prejudicado pelas atitudes que o Presidente de então, da Associação dos Municípios do Paraná tomava, ao defender o municipalismo da nossa terra.

Vossa Excelência se referiu muito bem aos diversos tópicos e quase todos eles foram abordados. Apenas aduziria ao seu discurso, o seguinte: que nós chegamos ao absurdo, na minha terra, e por iniciativa desse que hoje é Deputado, quando Prefeito, nós chegamos ao absurdo de termos faculdades mantidas pelas Prefeituras, numa concorrência entre as cidades que a estimularam e entre municípios que a estimularam e que levam a esses absurdos, com a condição de quem errou

muito como Prefeito, hoje ter condições também, de fazer uma auto-crítica.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Permita discordar de Vossa Excelência dessa afirmativa.

**O Sr. Deni Schwartz** — Não, realmente, é só errando que se aprende e hoje tenho consciência de muitos erros, e acredito que a auto-crítica vale, feitas por esse Deputado, quando Prefeito.

Mas um outro setor, que parece-me a única falta em seu pronunciamento, é também não só o desgaste que sofrem os municípios, fazendo gastos com setores de competência do Estado ou do Governo Federal.

Nós vimos também no nosso Estado e em todos os Estados brasileiros, uma verdadeira loucura, que é a concorrência ao atrair industriais e chegamos ao absurdo de vermos municípios pobres, empenharem grandes partes de seus orçamentos para doarem áreas de terras, para isentarem impostos de firmas cujos balanços são centenas de vezes maiores que o próprio município.

Nesse jogo e nessa concorrência que a indústria e que o comércio estão fazendo em cima dos municípios, reside também um fato gravíssimo e que nós, legisladores, talvez devêssemos nos ater, procurando proibir terminantemente a entrada dos municípios nesse jogo, jogo esse, cuja culpa cabe muito menos ao Prefeito, aos Vereadores, e muito mais, talvez, a nós legisladores que não temos tido a capacidade de encontrar fórmulas impeditivas. Vemos multinacionais procurarem municípios e imporem condições, e o município com aquela história: ou me dá isto ou me instalo no município vizinho, colocando o Prefeito numa verdadeira situação de coação.

Isto ocorreu em minha cidade quando eu era Prefeito ou com outros Prefeitos; não há recriminação aos Prefeitos, e sim a esse sistema em que nós vivemos e que estamos permitindo exista no País.

Vossa Excelência está de parabéns pelo discurso que faz nesta data, discurso sério, discurso que traz realmente problema da maior expressão para a vida política, social e econômica do nosso País. Há que se fortalecer os municípios; mas para isso há necessidade de que nos detenhamos com muito mais seriedade nos problemas como esse que Vossa Excelência aborda.

Meus parabéns pelo assunto que traz à nossa Casa.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Muito grato, nobre Deputado Deni Schwartz, que engrandeceu o Sudoeste como Prefeito de Francisco Beltrão. Concordo com as colocações que Vossa Excelência fez no aparte, e gostaria de abrir um outro debate nesta Casa, especialmente com relação à educação, a nível municipal. Tenho alguns dados aqui, colhidos das últimas estatísticas oficiais, a respeito da situação da rede municipal, da rede estadual e da rede federal de ensino.

Temos no Paraná, hoje, uma população atendida pela rede, pelos estabelecimentos escolares, de hum milhão, quinhentos e vinte oito mil, cento e setenta e um alunos. Destes, nós temos por volta de vinte e cinco mil alunos atendidos pela rede federal - apenas vinte e cinco mil alunos. Temos uma população escolar da ordem de 837.000 alunos atendidos pela rede estadual de educação. Temos uma população da ordem de 97.000 alunos atendidos pela rede particular, o que dá bem claro, a dimensão da elitização do ensino particular no nosso Estado e no País.

E temos uma população da rede municipal, da ordem de 592.000 alunos que são atendidos por escolas municipais.

O Governo do Estado, todos nós sabemos de onde vêm os seus recursos para a educação e do Governo Federal, também. Mas há uma lei, a Lei n.º 4.440, de 1.964, que criou o salário-educação, cota estadual e cota federal, regulamentando aquele dispositivo constitucional, o artigo 157, se não me engano, da Constituição Federal, que estabelece que a empresa com mais de 100 funcionários públicos deve pagar um percen-

tual sobre o salário dos seus empregados para constituir este Fundo do Salário-Educação.

Nos Decretos posteriores, que regulamentam a Lei, inclusive, no Decreto n.º 76.923, de 26/12/75, no seu artigo 16, estabelece o seguinte:

"A vigência deste Decreto não prejudicará a arrecadação do salário educação, criado pelos Estados, com base no artigo 7.º, da Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1.964, devido a 31 de dezembro de 1.975."

Ora, nós estamos verificando a situação pre-falimentar dos municípios, e especialmente dos municípios menores. Todos os Srs. Deputados têm conhecimento disto, gastam grande parte dos seus recursos municipais na conservação das estradas e na aplicação de recursos destinados à área da Educação.

É preciso, portanto, nós pensarmos em modificar ou a lei que criou o salário-educação, ou criarmos nós, no Estado do Paraná, uma cota salário-educação municipal, para destinar recursos diretamente à Prefeitura. Estou analisando - o assunto é constitucional, é jurídico, tanto que outros Estados como a Guanabara, arrecadaram no ano passado, a Guanabara por exemplo, por volta de um bilhão e meio de cruzeiros, e destinou este recurso às Prefeituras do Rio de Janeiro.

Tenho a impressão que no Paraná, talvez possamos criar também, uma cota salário-educação a nível municipal, para institucionalizar uma medida de apoio às Prefeituras. Que apesar de todos os esforços do Governo, este ano por exemplo, o Governo do Estado destinou da verba do salário-educação, conta estadual, Cr\$ 72.000.000,00, às Prefeituras para a manutenção da rede. Mas é uma soma insignificante, perante as dificuldades e as necessidades municipais.

Sei que o meu tempo está esgotado, estou contando com o beneplácito da Presidência e concedo, com muito prazer o aparte ao nobre Deputado Pinto Dias.

**O Sr. Pinto Dias** — Nobre Deputado Luiz Alberto, acompanhei com muita atenção, o pronunciamento e o relato que Vossa Excelência fez da tribuna, da real situação que se encontra hoje, não só os municípios paranaenses, mas, do Brasil todo.

Na medida em que Vossa Excelência foi desenvolvendo o seu pronunciamento, estava recapitulando a nossa participação na administração municipal, no Município de Paranavai. O desfecho e a responsabilidade em todas as áreas, social, assistencial, educacional, toda a atividade da vida humana hoje, o município - é o principal responsável por ela. Entretanto, é ele quem produz, é exatamente, lá do município do Interior, é que sai o confisco cambial, o imposto de renda, etc. Mas, para tristeza nossa, é preciso dizer que infelizmente, o municipalismo, os municípios estão falindo, eles estão hoje, nobre Deputado, como Vossa Excelência evidenciou em seu pronunciamento, quase que na sua totalidade hoje, empenhados em instituições financeiras, com juros que variam de cinco até sete por cento.

Isto é muito triste, quando um município através do BNH, que consegue um recurso para combater, atender uma área às vezes das mais pobres na base do UPC, ninguém sabe, é muito difícil de se prever o que irá acontecer nos próximos cinco a dez anos, se o atual quadro de hoje, com relação ao municipalismo brasileiro, permanecer. Hoje, é muito fácil de administrar; quase que a totalidade, não sei se noventa e oito ou noventa e nove por cento dos Prefeitos estão desentusiasmados; eles estão enfraquecidos, desencorajados, porque não têm condições quase que nem moral, de retribuir ou de satisfazer as condições que o município exige, principalmente, dos seus municípios.

Gostaria e ficaria altamente honrado, se pudesse subcrever o seu pronunciamento, nobre Deputado.

**O SR. LUIZ ALBERTO OLIVEIRA** — Para mim, é uma hora

o seu aparte e a sua referência. Só mais uma colocação, já que tenho conversado muito com Vossa Excelência e tenho percebido sua preocupação com relação, inclusive, à descapitalização que existe no Interior do nosso Estado do Paraná.

Veja Vossa Excelência que o preço da gasolina hoje, para o Governo, deve andar por volta de Cr\$ 3,00 ou Cr\$ 3,40 ou Cr\$ 4,00; o restante, é imposto ou é taxa indireta que o Governo faz, para conseguir recursos para prospecção de petróleo, para a melhoria do sistema viário nacional, das estradas federais, para a construção dos metrô.

Mas esses recursos são geridos, aonde? São trazidos ao Governo Federal, aonde? Nos municípios onde se gasta, onde se compra, onde se adquire a gasolina. E nós não verificamos esse recurso que vai ao Governo Federal, sob a forma de uma tributação indireta, isto é, a diferença de três e pouco para quatorze que está o preço do litro da gasolina, voltar para ser aplicado nos Estados. Mas vai ser aplicado aonde? Nos grandes centros. Vai ser aplicado no metrô de São Paulo, no metrô do Rio, vai ser aplicado na prospecção de petróleo. Porque nós entendemos justo, o Brasil precisa, cada vez mais procurar o petróleo, precisa dar melhores condições para o transporte viário das grandes cidades. Mas nós não podemos esquecer os pequenos municípios que são a célula básica da Nação brasileira, como dizia Ruy Barbosa, e como todos os Deputados têm repetido. Portanto, é preciso que o Governo Federal também fique sensibilizado por este assunto. E que este imposto indireto, cobrado, através da gasolina, volte em parte, para ser aplicado nos municípios.

Agradeço, Vossa Excelência, nobre Deputado. — **(Sem revisão do orador).**

**O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes)** — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, por sete minutos e meio, concedo a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

**O SR. GABRIEL MANOEL** — Sr. Presidente, Srs. Deputados. É de entristecer, quando vemos o nobre Deputado do MDB a ler jornais, a fazer acusações, como querendo mostrar que o "Calcanhar de Aquiles" da ARENA é o "caso Cascavel". Também é de entristecer, de sermos forçados a vir à tribuna para, entristecidos, mostrar a imagem de um Senador da República, de um Estado da Federação Brasileira, que é o Rio Grande do Sul.

Isto até que se prove o contrário, como também até que se prove o contrário da inocência, ou da culpa do Prefeito de Cascavel, vai ficar no ar, como ficou no ar, como está no ar, as acusações dos nobres Deputados do MDB contra o homem que hoje comanda o Município de Cascavel.

Então, pedindo vênias e entristecido, com o coração magoado, queremos nos reportar ao editorial da Revista "Veja", que internacionalmente está entristecendo a figura do Brasil, porque nisto envolve a esposa de um homem que levou a grande percentagem de votos, como Senador da República, representando o Estado do Rio Grande do Sul.

Queremos ler, neste instante, e pedir vênias, e queremos dizer aos nobres Pares, que vamos ler entristecidos, não com a vontade de tripudiar, mas sim para esclarecer e apenas para que sirva de observação que "quem tem telhado de vidro, não joga pedra no telhado do vizinho".

Sr. Presidente, Srs. Deputados, peço licença para ler o que vimos, entristecidos, na Revista "Veja", do dia 12 do corrente mês, onde traz estampado a figura do messiânico Brizola, vindo ao Brasil, como Salvador da Pátria, recebido pelo ilustre, pelo dinâmico "Pai dos Pobres", Senador Pedro Simon.

**(Lendo):** "Em Fragrante o Rio Grande do Sul.

As agruras do casal Simon em New York. A senhora Tânia Simon, esposa do Senador gaúcho Pedro Simon, do MDB, teve um fim de férias constrangedor. Há pouco mais de um mês, ao ser detida na Cidade de New York, durante quase

9 horas, entre a noite e a madrugada de sexta-feira, dias 26 e 27 de julho, o Senador precisou negociar com as autoridades policiais a libertação de sua mulher, presa em uma loja da 5a. Avenida, sob a acusação de roubo de uma bolsa e de um casaco de couro, no valor de 1.200 dólares.

A delicada operação de resgate da senhora Simon, que fora remetida para a Central de Polícia de New York, na parte Sul de Manhattan, envolveu funcionários da Missão Americana, nas Nações Unidas, e o prestígio do Departamento de Estado, envolveu o próprio prestígio do Departamento dos Estados Unidos da América, - os Estados Unidos que se julgam os detentores da Democracia e da honestidade do Hemisfério, das terras desenvolvidas e subdesenvolvidas e do terceiro mundo.

"Detida, pouco depois de uma hora da tarde, Tânia Simon, só foi liberada às 3,00 horas da madrugada do dia seguinte, mediante o pagamento de uma fiança de 400 dólares. A passagem do casal, do Senador Simon, pelos Estados Unidos, não era exatamente um programa de férias. Após um período de 28 dias por vários países da Europa, a agenda do Senador, previa um encontro com Leonel Brizola, em New York, para discussões sobre o ressurgimento do PTB. Que ressurgimento amargo do meu ex-partido. Da qual participaria também o Senador Tancredo Neves, que convém a um Senador da República, Simon, foi recebido no Aeroporto Kennedy, por Robert Haltemann, do setor de promoção comercial, do Consulado Brasileiro em New York."

Aqui, apenas para abrir um parêntesis, aqui se fala dos Estados Unidos; fala-se que os Estados Unidos são os prepotentes e lá no exterior, eles vão aos Estados Unidos para confabular e para negociar. Aqui se fala que a ARENA faz o jogo dos Estados Unidos, e lá vão fazer negociações, inclusive o que nós estamos vendo, com o próprio Departamento dos Estados Unidos. (Lê):

"Consul brasileiro em New York é conduzido numa limusine com motorista. Como Brizola também foi ao aeroporto e voltou com Simon, provavelmente pela primeira vez o ex-governador gaúcho usufruiu o conforto do ar condicionado proporcionado pelo automóvel alugado pelo Itamaraty." É o próprio Itamaraty que é combatido nesta Casa, e em outras casas de lei, que está dando para o Senador da República do MDB, representando o Rio Grande do Sul, condições para que viaje numa limusine." (Continua lendo):

"Durante os cinco dias em que permaneceu em New York, hospedado no Hotel Roosevelt, o Senador gaúcho teve Altmann, o motorista e o carro à sua disposição." Agora, a parte crucial da história: (continua lendo):

"Etiqueta Magnética - No dia marcado para o regresso a Porto Alegre, quinta-feira, 26, Simon tinha ainda um encontro com Brizola pela manhã e outro com o então Embaixador dos EUA na ONU, Andrew Young, ao final da tarde. Tânia Simon, então, resolveu aproveitar o dia para fazer algumas compras, antes de arrumar as dez malas que o casal acumulara durante a viagem. Às 9,00 horas da manhã ela saiu do Hotel Roosevelt, caminhou umas poucas quadras por Madison Avenue e, na Quinta Avenida, entrou em uma das mais elegantes lojas de departamento dos EUA, a Saks Fifth Avenue. Após percorrer várias seções e andares, Tânia Simon decidiu experimentar um casaco de couro de preço superior a 900 dólares. Vestiu, provou, mas não pagou às atendedoras da seção, nem o devolveu ao cabide - em vez disso, continuou passeando pela loja, vestida com ele.

No momento em que a esposa do Senador tomou o elevador para subir a outro andar, uma etiqueta magnética, colocada geralmente pelas grandes lojas americanas, em seus produtos mais caros, fez soar um discreto sistema de alarma eletrônico instalado na sala do andar térreo da Saks. A partir de então, câmaras de um circuito interno de televisão começaram a acom-

panhar os passos de Tânia Simon pelos diversos andares da loja. Assim, registraram o momento em que ela passou por um balcão com bolsas finas e resolveu levar uma delas, no valor de 300 dólares.

O SR. ERONDY SILVÉRIO (Questão de ordem) - Sr. Presidente, requeiro à Mesa que assegure ao orador que se encontra na tribuna o direito de usar da palavra, como faz e o fez, anteriormente, um nobre Deputado da Oposição, que leu uma notícia de jornal, pura e simplesmente como está lendo o nobre Deputado Gabriel Manoel. Não é justo que ele esteja sendo apupado, com risadas debochadas, por parte de alguns Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) - A Mesa assegura a palavra ao nobre Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL - Obrigado, Sr. Presidente. Lembrando-me de um provérbio árabe que diz: "os cães ladram e a caravana passa."

"Também sem pagar a bolsa de 300 dólares. Enfim, pouco depois de uma hora da tarde, quando de volta ao andar térreo ela pretendia sair da Saks, foi detida por um agente de segurança da loja, que pediu a presença da polícia.

Enquanto isso, nervosamente, postado numa das portas do Hotel Roosevelt, o Senador Simon começava a se impacientar. Onde estaria Tânia que não chegava? A espera iria durar toda a tarde, só por volta das 7,00 horas da noite, após o encontro com Young, Pedro Simon recebeu um telefonema avisando-o sobre o incidente. Sem ter para quem apelar, pediu ajuda ao próprio Young. Em poucos minutos a missão americana da ONU acionou o Chefe de Polícia de New York e três detetives foram enviados à Central. Não seria fácil liberar Tânia Simon; acusada de tentar levar da loja mercadorias de valor superior a 200 dólares, seu ato não poderia ser enquadrado como uma simples contravenção - tratava-se de um delito. E o processo naquela hora da noite já estava em andamento. Foi necessário convencer a Polícia através de um funcionário da missão americana na ONU, que manifestou ao Juiz encarregado do caso o interesse que tinha o Departamento de Estado em que as acusações fossem reduzidas e a esposa do Senador liberada sob fiança. Desenvolveram-se então demoradas negociações. Só depois de obter o compromisso que ela não sairia dos Estados Unidos antes de uma solução judicial para o caso, o Juiz concordou em autorizar a liberação de Tânia.

O Senador gaúcho ainda tentou dispensar os favores que lhe ofereceram, preferindo que o assunto fosse resolvido segundo os trâmites legais. Advertiram-no, porém, que o processo desse tipo pode levar uma semana ou meses até uma sentença final por parte do Juiz. Assim, graças a intervenção da missão dos Estados Unidos na ONU e do Departamento de Estado, a senhora Simon foi liberada, desfrutando de uma regalia muitas vezes negada a superpersonalidades americanas - como John Kennedy e Henri Ford, por exemplo, que já passaram a noite na cadeia por dirigirem automóveis, embriagados.

A sorte ajudou o casal Simon ainda com relação à loja Saks. A esposa do Senador, durante as negociações na delegacia, chegara a se irritar e a explodir em reclamações, alegando estar sofrendo arbitrariedades no momento em que um policial fez a revista em sua bolsa, à procura de outros objetos que podiam ter sido furtados. Além do pagamento da fiança, foi contratado um advogado para negociar com a Saks a queixa policial, já que o Senador precisava regressar prontamente ao Brasil. Com a queixa registrada na polícia, sua esposa, conforme pedira o Juiz, não podia sair dos Estados Unidos nos próximos dias. Mas, a loja pouco interessada em envolver-se numa custosa causa judicial, concordou em retirar a queixa - depois de receber o devido pagamento pelos objetos furtados - e assim eliminar os registros policiais."

Sr. Presidente, Srs. Deputados, apenas para fazer um para-

lo com o "caso Cascavel". Julga-se um Prefeito que talvez tenha culpa, talvez não tenha. O Senador também talvez tenha culpa, talvez não tenha. Mas, precisou, naquele momento, dos homens da Embaixada e dos homens do Departamento de Estado dos Estados Unidos, para apagar aquele vexame daquele crime que enegrecer a Nação brasileira.

Por isso que digo, e peço aos nobres Pares do MDB, que enquanto não tiverem provas concretas sobre o crime de Cascavel, não venham "atirar pedras nos vizinhos", porque, nós também temos provas de que, mulheres, se houver crime, foram homens que o fizeram, não mandamos nossas mulheres roubarem em nome das americanas, para denegrir a imagem do Brasil, no exterior.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No horário reservado à ARENA, concedo a palavra ao Sr. Deputado Cyro Martins.

O SR. CYRO MARTINS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Há poucos dias tive o grande prazer de participar de uma homenagem feita a um dos maiores administradores públicos que o Paraná já teve.

Foi no Município de Porto Amazonas.

Foi a entrega do título de cidadão honorário aprovado pela Câmara Municipal de Porto Amazonas, e sancionada pelo Prefeito Municipal Celso Rodrigues Paes.

O homenageado foi o ex-Governador Jayme Canet Júnior.

O título conferido é uma demonstração de que a grande obra administrativa realizada por Jayme Canet Júnior continua sendo reconhecida pelo povo paranaense.

Os benefícios recebidos por Porto Amazonas, foi expresso pela honraria concedida em presença de todos os prefeitos e autoridades municipais da região dos Campos Gerais.

A reunião repassada de sentimentalismo, vislumbra tanto nos homens que administram a cidade, como naqueles que acorreram ao local da reunião, o mesmo sentido de reconhecimento por tudo que Jayme Canet Júnior realizou pelo Paraná.

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A gratidão exprime, certamente, um dos mais elevados sentimentos de nossa alma. É o transbordamento sincero de nosso espírito por algo que recebemos; e, testemunhamos por gestos ou atos, que definem nossa aprovação e nossa alegria.

E, essa gratidão, quando reflete o pensamento, os anseios de uma coletividade, mais se avoluma, em seu sentido, pois, configura uma expressão total, concreta e irrestrita.

Dizem que "NÃO HÁ NADA QUE PASSE TÃO DEPRESSA, COMO O BENEFÍCIO RECEBIDO".

Porto Amazonas não falou dessa forma.

Passados os dias de realizações e de glória do Governo Jayme Canet Júnior, não passaram, contudo, as marcas de sua administração gravadas no coração daquele recanto paranaense.

As obras de Canet Júnior, para os porto-amazonenses, são intocáveis. Há de perdurar para sempre, assim eu as pude sentir. Bem, hoje quem assim procede para com os que conduzem os destinos de uma coletividade, merecem nossos encômios.

A construção de uma escola, as ligações rodoviárias, uma rede telefônica, um gesto de otimismo, ou, até um simples contato pessoal parecem reavivar as forças e a fé, abrindo novos horizontes e novos caminhos para o progresso.

E, se Jayme Canet Júnior voltou seus olhos para aquela cidade ribeirinha, com seu ardor administrativo, sua obra não será contida, mas acrescida de novos gestos de gratidão.

Estas honrarias são muito mais significativas, quando prestam a quem já afastado das lides administrativas, cuida de

seus afazeres particulares.

Muito se tem comentado e enaltecido, as obras administrativas de Jayme Canet Júnior. Em contraposição, outros, procuram obscurecer o trabalho profícuo e eficiente do nobre ex-Governador.

Entretanto, certeza tenho de que o Paraná lhe é imensamente reconhecido.

E, ao trazer à Assembléia Legislativa este relato, quero também proclamar, com veemência, o meu sentimento de gratidão."

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência permite um aparte? O SR. CYRO MARTINS — Permito o aparte ao nobre companheiro.

O Sr. Erondy Silvério — Estou impressionado com o pronunciamento que Vossa Excelência faz da tribuna, porque não é comum tecer-se elogios àqueles que deixam as funções públicas e nada mais tem a dar e Vossa Excelência hoje, ocupando a tribuna para reconhecer uma parcela do muito que Jayme Canet fez pelo Paraná, está provando que é um homem público, de reais sentimentos, puro na verdadeira expressão da palavra, porque se costuma muito endeusar, bajular aqueles que podem distribuir as benesses do poder, aqueles que podem enfim, fazer alguma coisa por alguém, mas quando esses homens largam o poder, quando se recolhem à tranquilidade de seus lares, geralmente são esquecidos e Vossa Excelência veio em boa hora lembrar a obra extraordinária que Canet fez no Estado do Paraná e que jamais será esquecida pelo povo do Paraná, embora os seus inimigos gratuitos, tentem, nas entrelinhas dos jornais, nas entrelinhas de um semanário, artigo escrito por um homem de origem duvidosa, denegrir esta figura extraordinária que foi Jayme Canet Júnior, como também os seus inimigos procuram às vezes, um simples acontecimento da vida empresarial desse grande paranaense, para tentar jogá-lo à execração pública. É muito importante que Vossa Excelência, como Deputado, representante de parcela ponderável do povo do Paraná e com a responsabilidade de ter sido um dos grandes prefeitos do interior paranaense, é muito importante que Vossa Excelência venha à tribuna e lembre essa administração, que se constitui num orgulho para os homens de bem do Paraná.

O SR. CYRO MARTINS — Eu é que agradeço o aparte do nobre Deputado Erondy Silvério.

Tenho a certeza que tudo aquilo que nós recebemos em benefício, em ajuda, quer para nós, quer para a comunidade, quer para um povo, devem ser sempre reconhecidos e esse povo modesto lá, do recanto de Porto Amazonas, soube reconhecer isso e não poderemos deixar em branco aqui, nesta Assembléia, nesta Casa de Leis, aquilo que eles fizeram, que é um exemplo para todos nós que representamos uma grande parcela do Paraná.

Aprendi a admirar Canet, através de seu espírito franco, sincero e realizador na forma de administrar o nosso Estado. Aprendi a admirá-lo pelo modo simplicista e objetivo com que tratou dos problemas administrativos do nosso Paraná.

Ele realmente foi um grande Governador.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra com satisfação a presença, em nosso plenário, do nobre Deputado Federal, Sebastião Rodrigues, bem como do Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Ampére, Sr. Natalício de Mello, bem como do Sr. Marino de Lane.

A Mesa consulta à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro. (Pausa).

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Nilso Squarezi.

O SR. NILSO SQUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito se tem discutido se em 1.964 efetivamente houve uma Revolução popular ou tudo não passou de um golpe de Estado. A polêmica nesses anos todos tem sido discutida e acredito que só o passar da história definirá com certeza o que



realmente ocorreu.

Mas, Sr. Presidente, alguns sintomas por demais evidenciadores nos levam a crer que efetivamente a opinião pública foi muito bem trabalhada para que fosse às ruas e ajudasse as forças militares a derrubar o Governo. E isso ocorreu.

E digo que esta opinião pública foi muito bem industrializada, muito bem motivada, porque hoje, Sr. Presidente, 15 longos anos se passaram e os mesmos homens que tomaram o poder em 64, estão usufruindo deste poder.

E quem são estes homens, Sr. Presidente? Quando a Nação desperta, quando a Nação se encontra, quando o Governo de mãos estendidas diz querer a reconciliação nacional, quando o Governo envia um projeto de anistia e até alguns homens do seu partido rebelam-se contra este projeto, e por apenas quatro votos este anistia não fica irrestrita.

Mas, Sr. Presidente, quem são estes homens que realmente conduzem o Governo, que realmente traçam a política econômica desta Nação dentro do sistema capitalista que nós vivemos?

Sr. Presidente, dizia eu, que há alguns sinais muito evidentes, de quem realmente tem o poder na mão. Diuturnamente ao conversar com Deputados da Aliança Renovadora Nacional, nos fazem colocações das poucas opções que terão agora, no quadro da reformulação partidária, ao passo que, à Oposição, se apresenta um quadro totalmente, diametralmente oposto, porque aos homens da Oposição sobram opções, e aos homens da atual Situação, poucas ou mínimas opções existem para ir a este ou àquele partido.

Por que, Sr. Presidente? Porque efetivamente e realmente ninguém pode contestar isso, o poder de fato, o poder real não se sentiu abalado nestes 15 anos. Pelo contrário, se concentrou mais e mais e ele se encontra na mão de meia dúzia de homens que estão neste Governo. Homens tão fortes que quando se termina um governo, se propala pela Nação inteira que estes homens podem ir às barras dos tribunais, que estes homens, a opinião pública informava quando Geisel assumia, que estavam impedidos até de deixar a Nação; e estes homens que saem de um Ministério e vão para outro, que voltam na crista da onda, ditam as regras para esta Nação e para esta economia, são os mesmos, o mesmo grupo que se servindo e explorando os militares, conseguiu impor o seu jogo nesta Nação.

E mostro um exemplo, Sr. Presidente. Agora, em que se conseguiu desmistificar que o reajuste salarial não era a causa da inflação. Depois, Sr. Presidente, que se conseguiu provar que dados estatísticos foram manuseados para que esta opinião pública fosse condicionada a pensar e a raciocinar de que o reajuste do salário era o principal causador da inflação. Depois que se percebeu isso, que se descobriu isso, que o trabalhador brasileiro começou a pensar por si, de que a Oposição começou dentro dos sindicatos, que o movimento sindicalista derrubou muitos pelegos dos sindicatos, que o trabalhador, com voz altissonante e corajosa passou a enfrentar através dos seus sindicatos, na reivindicação dos seus direitos, melhores e mais justos salários, Sr. Presidente, foi que os homens que estão por trás deste Governo, reformularam uma lei anti-greve, no fim daquele governo prepotente e arbitrário que foi Geisel, impuseram uma lei, a lei anti-greve, considerando através de um simples decreto, uma infinidade de atividades consideradas prioritárias para a segurança nacional, o que, na prática, veio anular o direito constitucional e sagrado, do direito da greve.

E hoje, Sr. Presidente, assistimos, no Brasil inteiro, que todas as greves são consideradas ilegais. Comenta-se até mesmo, que só porteiro de cinema poderia fazer greve hoje, porque não é uma atividade considerada essencial.

Mas, Sr. Presidente, dizia que a Nação rompeu o cerco do arbítrio, e no Brasil inteiro todas as atividades passaram a fazer greve, e os patrões, porque também sentem ansiedade e a necessidade de darem novos salários, concordaram, em muitos casos, mesmo que as greves tenham sido consideradas

ilegais, foram para o acordo coletivo com os trabalhadores do Brasil.

Apenas duas categorias, Sr. Presidente, tiveram a mão de ferro deste Governo, que faz o jogo daqueles que são do governo, Sr. Presidente, o primeiro exemplo, da destituição da intervenção dos sindicatos, para demonstrar que o Governo não abriu a mão, foi na intervenção dos metalúrgicos, Sr. Presidente, porque é uma categoria que trabalha para as multinacionais.

E aí está, Sr. Presidente, o poder das multinacionais deste Governo, interviram nos sindicatos de São Paulo, destituíram as suas diretorias, na fé que a classe sem liderança, fosse compelida a aceitar um acordo.

Sr. Presidente, hoje, em Porto Alegre, sete líderes sindicais estão presos, estão na cadeia, e incrivelmente, depois que o Governo no 7 de setembro sanciona a Lei da Anistia, e que o Presidente da República estende a mão à reconciliação nacional, em que dizem que a abertura tem que ser efetiva, assistimos pela televisão a homens que fizeram luta armada até, saírem da cadeia anistiados.

E assistimos, incrivelmente, Sr. Presidente, aqueles que lutam por melhores salários, entrarem nesta mesma cadeia. Mas então se interroga, Sr. Presidente, quem tem a força poderosa nesta Nação e na prática desmascarar até o Presidente ter a mão estendida.

Qual a força poderosa que compele o Ministro do Trabalho a intervir nos sindicatos, a Polícia Federal a pedir a prisão e prender os líderes sindicalistas?

Primeiro, as multinacionais, e agora, Sr. Presidente, qual é a categoria que está negando o reajuste salarial? Os segundos donos do Poder, Sr. Presidente, os homens que estão com os cofres abarrotados, aqueles que realmente causam a inflação nesta Nação, com taxas de juros arbitrários e desproporcionais, aqueles que institucionalizaram aqui a agiotagem, Sr. Presidente, estes, os que efetivamente mandam nesta Nação. Estes se deram ao luxo, nestes últimos 15 anos, de eliminar com muitos pequenos Bancos que existiam e hoje estão reduzidos - as redes bancárias - a não mais de 20 estabelecimentos bancários no Brasil, quando eram em aproximadamente 300 bancos nesta Nação.

Então, Sr. Presidente, é de se interrogar: quem efetivamente, em 64, tirou o Governo? Quem, em 64, efetivamente assumiu o Poder? E quem está usando este Poder? Pergundo: são os homens honrados da Aliança Renovadora Nacional. Quem está inerte não adianta protestar porque não consegue fazer nada.

Porque o Poder Legislativo foi castrado e aniquilado. E tem que desempenhar o papel de simplesmente justificar estas arbitrariedades. Ou são aqueles, que com o poder econômico nas mãos corrompem, facilitam a entrada do capital estrangeiro? Aqueles que mandam para tomar o lugar na cadeira os líderes sindicais. É a interrogação que fica. É um protesto, que esta Casa tem que fazer, contra essa atitude de arbítrio; contra essa atitude que vem caracterizar perfeitamente, que muitos homens de boa vontade, que muitos homens de boa fé, foram ludibriados nestes 15 anos, e chegam hoje e devem fazer a auto-crítica de que foram realmente os inocentes úteis desta Nação.

Muitos idealisticamente acreditando salvar o Brasil de um comunismo; muitos acreditando idealisticamente, de que seria a solução nacional. Ao verem os exemplos de hoje; ao verem um projeto de abertura em que acreditavam, se esborroar e se desmistificar; estes, Sr. Presidente, devem convir que é chegado o momento, de dar um basta a isso. Este, Sr. Presidente, é o momento de dar um protesto sincero, um protesto efetivo, de que falar em abertura hoje, Sr. Presidente, é a mesma coisa que falar em distensão ontem, quando o sistema falava em diálogo, em distensão, fechavam o Congresso Nacional; quando fala em anistia, larga-se um preso por uma porta e recolhe-se outro por outra; esta, Sr. Presidente, é a grande farsa em que a Na-



ção não pode consentir. E principalmente a classe política; quando aparentemente é convocada para reformular-se.

Por isso, Sr. Presidente, queremos deixar aqui em nome de nossa bancada, o protesto, e a descrença em fatos objetivos, de que efetivamente não podemos acreditar nas promessas, nas especulações que o Governo vem fazendo.

De nossa parte, Sr. Presidente, a nossa solidariedade àqueles homens que estão presos no Rio Grande do Sul, porque não vemos crime nenhum neles, em absoluto. Vemos um direito, legítimo e sagrado, de defenderem um melhor salário, principalmente contra aqueles patrões que estão com os cofres abarrotados, que são os banqueiros desta Nação.

**O Sr. Fiori Luiz** — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

Enquanto o bancário, nobre Deputado, manipula milhões, diariamente, muitas vezes em sua casa, falta o sustento básico.

A classe bancária - e eu já vivi durante seis anos - é uma das mais espoliadas. Porque, além da própria função, acaba deixando o bancário como um autêntico robô, bitolado, e, acima de tudo, um neurótico. Mas, os banqueiros continuam cada vez mais ricos e poderosos. Hoje, as taxas bancárias se constituem num negócio de maior rentabilidade do mundo. Os juros das financeiras são um verdadeiro atentado contra o bolso popular.

O Banco do Brasil, por exemplo, é o mais rentável do mundo. É um faturamento líquido, diário, de 80 milhões de cruzeiros; os bancos de investimento chegam a ganhar cem por cento de juros ao ano.

E um simples detalhe: um cidadão que solicita um emprestimo particular de 100 mil no banco, pagando juros de 4,2 ou até 5 por cento, os juros são descontados antecipadamente, na hora. Quer dizer: o cidadão pede 100 mil, e leva 87.400. Mas os juros são cobrados sobre os 100 mil cruzeiros.

Os próprios gerentes acham um absurdo esse sistema. É preciso baixar as taxas e pagar melhor os bancários, os grandes sacrificados. Nenhum homem tem o direito de explorar o trabalho de outro homem, já dizia Karl Marx, mas os banqueiros poderosos e bilionários continuam tirando até a última gota dos bancários, que recebem pouco e trabalham várias horas diárias, acima do que estabelece a própria Lei. É preciso declarar uma guerra a esses banqueiros, homens insensíveis, gananciosos e mercenários, nobre Deputado.

**O Sr. Pinto Dias** — Vossa Excelência permite um aparte?

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Concederei, Deputado Pinto Dias, antes porém, concederei ao Deputado Nelson, que havia pedido anteriormente.

**O Sr. Nelson Friedrich** — Ilustre Deputado, com propriedade traz uma matéria que hoje o Brasil inteiro está a analisar.

Mas é preciso, efetivamente, quando se coloca o capital estrangeiro monopolista, o grupo multinacional como o grande beneficiário de tudo isso, não tem-se que extrapolar o que está na história recente.

Realmente, foram as mesmas forças que desestabilizaram 64, mas em nome de outras coisas. Porque, inclusive, se criou à época, o famosos IPIS — Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, dirigido por Golbery do Couto e Silva, que, recebendo financiamentos não se sabe de onde, chegou a ter, na época, um fichário de 400 mil brasileiros que estavam na situação brasileira à época, preocupados em transformar esta Pátria e a situação de injustiça social.

E esse mesmo fichário foi formado, depois, o SNI que Golbery do Couto e Silva passou a ser o primeiro Presidente. É o mesmo sistema utilizado em 64 no Brasil, e que se repetiu há 6 anos atrás, no Chile, quando aquele povo, pelo voto popular, quis fazer uma transformação, e hoje, infelizmente, temos que comemorar o triste aniversário desta ditadura sangüinária de Pinochet, quando lá, anteriormente o povo, pelo

voto popular, havia objetivado uma revolução pela paz e pelo voto.

Mas, são as mesmas forças que estão aí, como bem disse Vossa Excelência. É a multinacional de um lado e o banqueiro do outro.

Eu só me pergunto, ilustre Deputado, me pergunto estarecido diante das terríveis injustiças sociais, quando é que o Governo brasileiro vai estar ao lado do trabalhador, e não só ao lado do capital; quando é, ilustre Deputado, que o Governo brasileiro vai estar ao lado do empregado e não do patrão, que este já tem todos os privilégios, todos os incentivos, todos os benefícios da lei, da Constituição e da força? Quando é que, afinal de contas, teremos neste País e nesta Pátria, para nós e nossos filhos, um Governo para o trabalhador?

Este é que precisa de cobertura, de auxílio e defesa dos seus direitos, e não como estamos assistindo agora, mais uma vez, a mão estendida, mas estendida em favor do capital, da multinacional e do banqueiro; e quando ela será estendida em favor do trabalhador brasileiro, que carrega em suas costas este País? Que faz a esta Pátria alguma coisa, que poderá transformá-la numa potência, mas é pela obra e pela voz do operário, não pelos sanguessugas deste País, que vêm aí sangrando as veias abertas dessa América Latina, e levando para seus países de origem o sagrado direito de nós construirmos uma Pátria mais feliz, uma Pátria mais justa.

Um dia chegará que teremos um Governo no Brasil, voltado, sim, pelo trabalho, origem de todo capital, e pelo trabalhador, origem de todas as forças.

Obrigado.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e concedo um aparte ao nobre Deputado Pinto Dias.

**O Sr. Pinto Dias** — Concordo plenamente em parte, com o pronunciamento que Vossa Excelência faz, principalmente no que se refere à política brasileira na área financeira.

O Deputado Fiori Luiz, fez uma observação que alguns gerentes de bancos, estranham a operação, como ele citou o exemplo de 100 mil cruzeiros e que o desconto é feito antecipadamente.

São pouquíssimos os bancos que adotam esse critério há muito tempo. A grande maioria, nobre Deputado, quando o cliente necessita de 100 mil cruzeiros, eles fazem a operação na faixa de 150 ou 180. Entretanto, o cliente só pode sacar até a operação como se fosse de 100. E tem mais, nobre Deputado, na efetivação, da liberação, o filho, o pai, o irmão, o emiteente, o avalista, tem que fazer seguro para que a operação seja realmente realizada.

De forma que a política financeira, foi realmente traída. Precisa urgentemente ser revista, porque hoje a média e a pequena empresa no Brasil, ainda está totalmente comprometida com as instituições financeiras.

**O SR. NILSO SGUAREZI** — Agradeço o enfoque que Vossa Excelência e os demais Srs. Deputados deram e complementam o raciocínio que eu queria ter.

Mas, fica, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso protesto contra a prisão dos bancários do Rio Grande do Sul.

Acreditamos que, de todas as greves que se realizaram no Brasil, até hoje, a mais justa, a mais legítima, é efetivamente a dos bancários. E foi contra essa que o Governo cometeu a maior violência ao mandar para a prisão homens que estão reivindicando melhores salários, homens que estão reivindicando melhores condições de trabalho.

**O Sr. Deni Schwartz** — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento)

É por isso, Sr. Deputado, que nós temos, todos os Deputados do MDB, há muito tempo, defendido a estatização do sistema bancário nacional. Costumo dizer o seguinte: o banco que paga melhor os seus funcionários, o banco que distribuiu os melhores dividendos, e o

banco que cobra os menores juros é, indiscutivelmente, o Banco do Brasil.

Portanto, é uma demonstração tática que banco é um bom negócio: dá para pagar bem seus funcionários, dá para distribuir grandes lucros cobrando menores juros. Quanto ganharão os banqueiros particulares?

Mas, parece que nem tudo está perdido. Há muitos e muitos anos, quando eu era militar, ouvia, no Sete de Setembro, na Ordem do Dia lida pelos Senhores Generais: "Há necessidade de se acabar com os maus brasileiros que estão a sangrar esta Pátria, fazendo a política de outros países".

Sempre se procurou dizer que, no Brasil, maus brasileiros eram aqueles que faziam a política dos países socialistas.

À zero hora, do dia 1.º de setembro, deste ano, ouvia, pela Rádio Guaíba, de Porto Alegre, na mesma Porto Alegre que prende bancários, o Comandante do 3.º Exército exortar seus comandados nesse sentido: "Precisamos nos cuidar dos maus brasileiros que pretendem entregar o Brasil a outras Pátrias".

Espero, tenho esperanças — sou um sujeito que tem muita esperança — que o Comandante do 3.º Exército pegue em armas e vá prender o Golbery que entregou o Brasil a Dal Chemical, que vá pegar o Sr. Heitor de Aquim, secretário particular do Sr. Baptista Figueiredo e coloque esse homem na cadeia, porque esse homem entregou a metade da Amazônia a Jari; que pegue todos os seus ex-companheiros que se aposentam e vão gerir as multinacionais. Porque, realmente, são esses homens que fazem a política de outros países.

Espero que o Sr. Comandante do 3.º Exército faça isso para livrar o Brasil dos maus brasileiros.

O SR. NILSO SGUAREZI — Eu também espero.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de resolução de autoria dos Srs. Deputados Antônio Facci, Lineu Turra e Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei n.º 203/78. — **Aprovado.**

De acordo com o requerimento de preferência acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/78, de autoria dos Deputados Fidelcino Tolentino e Accioly Neto, que eleva para 21 (vinte e um) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel (anexo Projeto de Lei n.º 78/79, do Deputado Renato Bueno, com o mesmo objetivo). Parecer Favorável e Substitutivo da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

#### PROJETO DE LEI N.º 203/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica elevado para 21 (vinte e um) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1978

(aa) FIDELCINO TOLENTINO e ACCIOLY NETO

JUSTIFICATIVA:

Nossa Constituição Estadual estabelece:

"Art. 107 — O número de vereadores, sempre ímpar,

será fixado por lei, em proporção que não exceda de um para cada três mil eleitores, não podendo ser inferior a nove nem superior a vinte e um".

O parágrafo único do art. 28 da Lei Complementar n.º 2, de 18 de junho de 1973 (Lei Orgânica dos Municípios), prevê que essa fixação será procedida por Lei Estadual, levando-se em consideração o número de eleitores inscritos no município, até cento e oitenta (180) dias antes das eleições.

Segundo informações do egrégio Tribunal Eleitoral, o Município de CASCAVEL CONTAVA EM 15 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, com número de eleitores suficientes para autorizar perfeitamente a nova fixação pretendida neste projeto de lei, fato que será comprovado oportunamente ao recebermos resposta ao ofício cuja cópia anexamos.

Conforme ofício 676/75, recebido por esta Casa, de 19 de setembro de 1975, do Excelentíssimo Sr. Secretário das Finanças, ficou esclarecido que somente o Distrito de Cafelândia D'Oeste arrecadou em 1974, a expressiva quantia de Cr\$ . . 1.306.575,05, representando aproximadamente 0,05 por cento da arrecadação estadual daquele exercício, o que lhe daria estabilidade financeira para obter autonomia. Assim, não restam dúvidas de que o Município de Cascavel tem condições econômicas para arcar com o ônus decorrente da atualização do número de vereadores que deverão tomar assento na Câmara Municipal a partir da legislatura a iniciar-se em 1.981, em decorrência das próximas eleições municipais.

Consta que o colégio eleitoral de Cascavel é superior a 73 mil eleitores, e a elevação do número de vereadores de 15 (quinze) para 21 (vinte e um) é até imperativo constitucional, cuja iniciativa do processo legislativo é dos membros deste Poder.

E, como postulado do direito líquido e certo, espera-se a aprovação deste Plano de Lei. Aliás, já em 76 apresentamos e foi aprovado o projeto elevando o número de 9 (nove) para 15 (quinze) vereadores, e agora, pretende-se elevar de 15 (quinze) para o seu limite constitucional de 21 cadeiras naquela Câmara Municipal.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI N.º 203/78

Art. 1.º — A Câmara Municipal do Município de Cascavel passa a contar, a partir da próxima Legislatura, com vinte e um (21) Vereadores.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Luiz Alberto Oliveira, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 203/79

P A R E C E R:

Os Projetos de Lei n.ºs 78/79 e 203/78, de autoria dos nobres Deputados Renato Bueno e Fidelcino Tolentino, em co-autoria com o Deputado Accioly Neto, tem por finalidade aumentar o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Do exame da documentação que acompanha os projetos, ou seja, das Certidões fornecidas pelo Juízo da 68.ª Zona Eleitoral, verifica-se que o Município de Cascavel conta com 70.943 eleitores inscritos, o que lhe dá na forma da lei, o direito de possuir uma representação municipal de 21 vereadores, conforme os projetos em tela.

Nestas condições, o nosso parecer é favorável, na forma do Substitutivo que apresentamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 28 de agosto de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Luiz A. Oliveira, Relator

EM VOTAÇÃO 3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 72/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 69/79), que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Saúde e do Bem Estar Social, e municípios especificados, objetivando a distribuição gratuita de produtos farmacêuticos da linha básica de Saúde Pública. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 73/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 70/79), que aprova o Termo de Renovação ao Convênio n.º 02, celebrado entre o Governo do Estado e o Município de CURITIBA, com a participação de Órgãos que especifica, objetivando aplicação de recursos financeiros na execução de obras de complementação da via de ligação Curitiba - São José dos Pinhais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 74/79, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. n.º 75/79), que aprova convênio de cooperação celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Secretaria de Segurança Pública e o Município de CAMPO MOURÃO, objetivando condicionar diretrizes de trânsito com o planejamento urbano do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/79, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que declara de utilidade pública a "Creche Anjo da Guarda", com sede e foro na cidade de Campo Largo. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 93/79, de autoria do Poder Executivo (Mens. Govern. n.º 68/79), que autoriza transferir à Telecomunicações do Paraná S/A — TELEPAR, lote de terreno de propriedade do Estado, situado na planta urbana do Município de ITAPEJARA D'OESTE. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 99/79, de autoria do Deputado ERONDY SILVERIO, que declara de utilidade pública a "Ação Social São João Batista", de Lontrão, Município de Imbituva. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 158/77, de autoria do Deputado Antônio Facci, que veda aposentadoria com menos de cinco (05) anos de investidura no cargo, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pareceres Favoráveis da C.C.J., por maioria, e C.R.H., por unanimidade. —

#### PROJETO DE LEI N.º 158/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná  
D E C R E T A:

Art. 1.º — Fica vedada a aposentadoria aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, antes de completarem 5 (cinco) anos de efetivo e permanente exercício no cargo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de novembro de 1977.

(aa) ANTÔNIO FACCI

#### JUSTIFICATIVA:

Com o presente plano de lei, queremos ressaltar das constatações críticas irônicas porque passam os integrantes do órgão, cuja função vem a ser de fiscalizar a aplicação do dinheiro público em nosso Estado, acimados de serem presenteados com cargos junto ao Tribunal de Contas, visando, exclusivamente, polpudas aposentadorias.

É no interesse do Estado, que o Tribunal de Contas fique isento de quaisquer críticas, já que as altas funções que lhe são

afetas, assim o exigem. Os seus membros, devem ser resguardados de críticas, a fim de não serem atingidos levemente e, desta forma, carregarem outros interesses que não os do bem comum, quando exercitam as nobres funções de fiscalizadores da aplicação do dinheiro público. Se fatos criticáveis e pouco recomendáveis, foram praticados nesse sentido no passado, é necessário que para o futuro não mais se repitam.

O Estado de São Paulo já adotou medida idêntica, através Lei n.º 10.397, de 28 de dezembro de 1970, conforme cópias anexas. A vigência da mesma, é atestada ainda pelo ofício datado de 26 de outubro pp., firmado pelo Deputado Robson Marinho, líder do MDB na Assembléia Legislativa do vizinho Estado.

Por ser medida salutar, esperamos receber o apoio e a aprovação dessa augusta Casa de Leis.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 158/77

P A R E C E R :

É altamente esclarecedora a justificativa com que o nobre Deputado Antônio Facci completa e elucida os propósitos do projeto em exame. Trata-se de medida moralizadora e preventiva de uma prática que, pouco freqüente nos dias que correm, já foi rotineira em época não muito distante.

Além disso, a proibição de aposentadoria com menos de cinco anos de exercício no cargo, não só poupa os nobres Conselheiros de duras críticas, antes tão irrefutáveis, como preserva o próprio Tribunal de Contas de juízos menos lisonjeiros.

São expressivas também, as peças com que o autor ilustra sua proposição: projeto de lei votado pela Assembléia Legislativa de São Paulo, resultando na Lei n.º 10.397, que proíbe, também no vizinho Estado, que Conselheiros se aposentem com menos de cinco anos de exercício no cargo. E se assim procede a nossa principal unidade federativa, é de se imaginar que também em outros Estados já tenham vigência leis semelhantes.

Não localizamos nos textos legais, disposições que obstaculizem a apresentação e apreciação do projeto nesta Casa, razão porque a ele damos nosso parecer favorável.

Sala das Comissões, em 08 de agosto de 1979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente;

Luiz Alberto Oliveira, Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA VOTO EM SEPARADO

Embora a criteriosa justificativa do nobre Deputado Antônio Facci, parece-nos que já há muito o egrégio Tribunal de Contas do Estado não tem dado ensejo a que Conselheiros sejam aposentados com reduzido tempo de exercício, a fim de permitir a nomeação de outro.

Assim, com todo o respeito ao eminente autor, entendemos que a medida proposta seria dispensável no momento, em relação ao referido órgão fiscalizador.

Sala das Comissões, em

(a) EZEQUIAS LOSSO

#### COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS PROJETO DE LEI N.º 158/77

P A R E C E R :

De autoria do nobre Deputado Antônio Facci, o projeto intenta vedar a aposentadoria com menos de 5 (cinco) anos de investidura no cargo, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, já se pronunciou sobre a matéria, emitindo parecer favorável, por entender que a proibição de aposentadoria com menos de cinco anos no exercício do cargo, não só poupa aos nobres Conselheiros de duras críticas, antes tão irrefutáveis, como preserva o próprio Tribunal de Contas de juízos menos lisonjeiros.

Diante disso, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, Favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, pela sua Aprovação é o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 16 de agosto de 1979.

(aa) Wilson Fortes, Presidente; Jurandir Messias, Relator

sobre o referido projeto, foi apresentado requerimento de autoria dos Srs. Deputados Erondy Silvério e Tércio Albuquerque, solicitando o adiamento por 10 (dez) sessões para a discussão e votação do Projeto de Lei n.º 158/77.

O SR. ANTÔNIO FACCI — (Pela ordem) Sr. Presidente, com referência ao requerimento do eminente líder da ARENA nesta Casa, e do eminente Deputado Tércio Albuquerque, desejo informar esta Casa que estou de pleno acordo, desde que, esta retirada da Ordem do Dia do Projeto de Lei n.º 158/77 de nossa autoria, seja para que tenha, junto à Bancada governista, um melhor estudo.

Porque, vemos na implantação desta medida, uma medida realmente salutar para o Tribunal de Contas do Estado e para os homens públicos desta terra. Portanto, não há porquê não considerarmos este adiamento de votação e discussão.

Votaremos favoravelmente à medida.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Em votação o requerimento. — **Aprovado** o adiamento de discussão e votação da matéria.

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 38/78, de autoria do Deputado David Federmann, que dá nova redação ao art. 3.º e seus incisos I e II da Lei n.º 4556, de 13/02/62, já alterada pelo Art. 4.º da Lei n.º 5182, de 17/11/65, Parecer Favorável da C.C.J., por maioria. Em regime de urgência. —

PROJETO DE LEI N.º 38/78

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — O art. 3.º e seus incisos I e II, da Lei n.º 4556, de 13 de março de 1962, com a redação dada pelo art. 4.º da Lei n.º 5182, de 17 de novembro de 1965, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3.º — Fica criado no Município de Ponta Grossa, o Distrito Administrativo e Judiciário de Periquitos, junto ao loteamento Jardim Edwignes, e com as seguintes divisas:

I — COM A SEDE

Inicia na confluência do Rio Tibagi com o Rio Taquari subindo por este até a sua cabeceira, daí por linha reta e seca até a cabeceira do Arroio Chapada, descendo pelo mesmo até a formação do Arroio Grande e por este até a formação do Rio Congonhas, seguindo pelo mesmo até a sua foz no Rio Pitanguí, descendo pelo último até o Rio Tibagi, subindo por este até a foz do Arroio Barbados e por este até o Arroio Casa Branca, seguindo em linha seca e reta desde a cabeceira do Arroio Casa Branca até a foz do Arroio Taquarussu, no Arroio Campo da Bocaina, subindo o Taquarussu até a sua cabeceira, seguindo por linha seca e reta até a cabeceira do Rio das Conchas, e por este até a sua foz, fechando o perímetro pelo Rio Tibagi.

II — COM O DISTRITO DE UVAIA:

Inicia na confluência do Rio das Conchas com o Rio Tibagi, subindo o primeiro até sua cabeceira, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Taquarussu, descendo o mesmo até sua foz no Arroio Campo da Bocanha, daí em linha seca e reta até a cabeceira do Arroio Casa Branca, por este e pelo Arroio Barbados até o Rio Tibagi.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de abril de 1978.

(a) DAVID FEDERMANN

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI N.º 38/78

P A R E C E R :

O Projeto de Lei n.º 38/78, de autoria do nobre Deputado David Federmann, tem por objetivo dar nova redação ao Art. 3.º e seus incisos I e II, da Lei n.º 4556, de 13 de março de 1962, que cria o Distrito Administrativo e Judiciário de Periquitos, alterado pelo Art. 4.º, da Lei n.º 5182, de 17 de novembro de 1965, como especifica.

O presente projeto de lei foi convertido em diligência junto aos poderes Executivo e Legislativo de Ponta Grossa, a fim de que os mesmos opinassem sobre a alteração proposta, o que foi cumprido e respondido favoravelmente.

Assim, o projeto citado, está em condições de ter a sua tramitação normal.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 29 de agosto de 1.979.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Waldyr Pugliesi, Relator

Sobre o referido projeto, há requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, solicitando a retirada do mencionado projeto da Ordem do Dia, por 10 (dez) sessões consecutivas. — **Aprovado o requerimento.**

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão para Emendas à Constituição. — **Ao Departamento Legislativo, Divisão das Comissões, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Miguel Zacarias, ocorrido nesta capital. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, com o apoio do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ettore Oro, ocorrido em Francisco Beltrão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Túlio Zanchet e Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lindolfo Dietrich, ocorrido na cidade de Pato Branco. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, com o apoio do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Dr. Miguel Zacarias, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Ramos do Amaral. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Inês Luciano Gusmão, ocorrido na cidade de Bandeirantes. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Verônica Boiko, ocorrido na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Fortini Filho, ocorrido

na cidade de Campo Mourão. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Valduga, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lucila Pinto Balallai, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias e Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Carmelita Mercer Carneiro, ocorrido na cidade de Ponta Grossa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Ramos, ocorrido em Toledo. — **Aprovado.** — Ao departamento Legislativo.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Fiori Luiz e José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Lucila Pinto Balallai, ocorrido em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Bella Chamecki, ocorrido nesta Capital. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do jovem Antônio Rüppel Bittencourt. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela realização do I Congresso Brasileiro do Alcoolismo e Drogas, realizado em Londrina. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aírton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em sugestão, visando a criação da Secretaria de Estado da Comunicação Social. — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — (Pela Ordem) Sr. Presidente, requer a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá à verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se (Pausa) Os Srs. Deputados que rejeitam o requerimento, queiram levantar-se (Pausa)

20 Srs. Deputados aprovam; 2 Srs. Deputados rejeitam. Não há quorum para votação da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor-Presidente da TELEPAR, encarecendo instalação de Posto Telefônico na localidade de Novo Sobradinho, Município de Toledo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, reivindicando a elevação da Comarca de Capanema de Entrância Inicial para Intermediária. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Educação, no sentido de que seja criada uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Capanema. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à TELEPAR, visando a implantação do sistema DDD, na cidade

de Antonina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, reclamando por não ter sido convidado, juntamente com outros Srs. Deputados da região, para a reunião do PROSAFRA, realizada dia 25 último, em Santo Antônio da Platina. —

O SR. GABRIEL MANOEL — (Pela ordem) Sr. Presidente, solicito a Vossa Excelência a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, com o apoio do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes ao Ministério do Trabalho e às Lideranças do MDB e ARENA com assento no Congresso Nacional, quanto à política salarial ora em reestudo, para que os reajustes salariais sejam trimestrais. —

**Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em apelo, no sentido de que interfira junto às autoridades federais, a fim de incluir, na relação das localidades cujos postos de gasolina abrirão aos domingos, os Municípios de Paranaguá, Matinhos, Guaratuba e Antonina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente do INAMPS e INPS, visando a instalação de uma representação do referido órgão no Município de Manguinhos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expedientes contendo votos de congratulações pelo 11.º aniversário de fundação do Grupo "Independência de Alcoólicos Anônimos - 'A.A.'", e aos demais grupos da Capital e do interior. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Facci, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, encarecendo sua intervenção junto às autoridades competentes, visando tornar sem efeito a ordem de paralização das atividades do Porto fluvial existente no Rio Paraná, Município de Altônia, durante o período noturno. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 14.º aniversário do jornal "Tribuna Platinense". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Comandante da Polícia Militar do Estado, visando o retorno do patrulhamento nos cinemas de nossa Capital, e que tal tipo de serviço seja efetuado, de preferência, pela Polícia Feminina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da FIDES, encarecendo a doação de um veículo para o transporte de alunos da Escola Santa Rita, de Londrina. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da mensagem da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, a respeito do "Dia da Imprensa". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do artigo publicado no jornal "Gazeta do Povo", sob o título "Os Cinquenta anos de

Sucesso do Banco do Estado do Paraná", de autoria do jornalista Jo. Garcia Redondo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, lido da tribuna em sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao "Diário do Paraná", pelo excelente trabalho que vem publicando sobre economia, como matéria de responsabilidade do jornalista Luiz Augusto Juk. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo daquelas autoridades a celebração de um convênio de cooperação entre o DETRAN e o Município de Nova Esperança, sobre tráfego municipal. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, em forma de apelo, no sentido de serem tomadas providências visando a instalação de um Posto de Rádio Patrulha no Bairro de Santa Quitéria. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto Oliveira, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes a diversas autoridades, visando o estabelecimento de um plano para atrair indústrias que aproveitem a matéria prima regional, especialmente indústrias que atuem no campo da industrialização de suínos. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente, solicitando o envio de expedientes aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação asfáltica do trecho que liga o Município de Munhoz de Mello à rodovia Santa Fé - Maringá. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Federmann, constante do expediente, solicitando a transcrição nos Anais da Casa do discurso proferido pelo Dr. Lourival Santos Lima, na ocasião em que o Desembargador Marino Bueno Brandão Braga foi homenageado pelo povo de Ponta Grossa, que lhe conferiu o título de "Cidadão Honorário". — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, no sentido de que seja procedido reajuste nos vencimentos dos funcionários públicos do Estado. —

**Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao

Sr. Secretário da Educação, no sentido de determinar a construção de uma casa escolar em Buriti, Município de Laranjeiras do Sul. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Palácios, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente do INAMPS, no sentido de que seja autorizado o credenciamento do Hospital de Conselheiro Mayrink, junto ao FUNRURAL. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bueno, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Segurança Pública, visando a criação de Distritos Policiais na cidade de Cascavel. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Túlio Zanchet, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente às autoridades competentes, encarecendo a elevação da Comarca de Capanema para categoria de Entrância Intermediária. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o envio de cópia do requerimento já aprovado por esta Casa em sessão plenária de 20 de agosto do corrente ano, ao Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal e às Comissões de Agricultura das Assembléias Legislativas de diversos Estados. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, da carta escrita no exílio pelo ex-Governador de Pernambuco, Miguel Arraes. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, enviando voto de solidariedade pelo mesmo ter dado posse aos vereadores cassados e anistiados. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gernote Kirinus, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de solidariedade e apoio ao movimento grevista iniciado pelos motoristas de caminhões de transportes do Município de Marechal Cândido Rondon. — **Encerrada a discussão.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 12, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 90, 93 e 99/79.  
2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 203/78.

Levanta-se a Sessão.